

ipea

Relatório de Atividades

Instituto de
Pesquisa
Econômica
Aplicada

2015



Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Ernesto Lozardo

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Juliano Cardoso Eleutério

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

João Alberto De Negri

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

Claudio Hamilton Matos dos Santos

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Alexandre Xavier Ywata de Carvalho

Diretora de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura

Fernanda De Negri

Diretora de Estudos e Políticas Sociais

Lenita Maria Turchi

Diretora de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais

Alice Pessoa de Abreu

Chefe de Gabinete, Substituto

Márcio Simão

Assessora-chefe de Imprensa e Comunicação

Maria Regina Costa Alvarez

Expediente

Coordenação

Patricia Alessandra Morita Sakowski

Equipe técnica

Cristiane Souza Cruz
Fernanda Paula Felix de Sousa
Helena Karla Barbosa de Lima
Marina Haddad Tovolli
Nilo Luiz Saccaro Júnior
Thiago Theiss

Editoração gráfica e revisão

Chiara Camargos
Fernanda Carneiro
Mariana Resende

SU MA RIO

8 O Ipea

14 Assessoria ao Estado e Cooperação

26 Projetos em Destaque

36 Áreas Temáticas

50 Produção e Disseminação do Conhecimento



0 Ipea 8

10 Apresentação
12 Ipea em Números



10 O Ipea Apresentação

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) completou 51 anos de existência. São 5 décadas em que a história da Fundação, vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, é reflexo do Brasil. Suas atividades de pesquisa tem como centralidade o aprimoramento de políticas públicas.

Internamente, o Ipea traçou uma estratégia de longo prazo (2014-2023) para enfrentar os desafios postos em sua missão de aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro, por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.

VISÃO

A instituição de Estado que influencia, de maneira decisiva, as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento.

Objetivos Finalísticos

Avaliar e propor políticas públicas e programas essenciais ao desenvolvimento do país

Formular estudos prospectivos para orientar estratégias de desenvolvimento de médio e longo prazo

Assessorar o Estado na melhoria da qualidade de suas decisões

Contribuir para a qualificação do debate público quanto aos rumos do desenvolvimento do país e da ação do Estado

MISSÃO

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro, por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.

Objetivos de Gestão

Assegurar produtividade com qualidade e quantitativo adequado de servidores

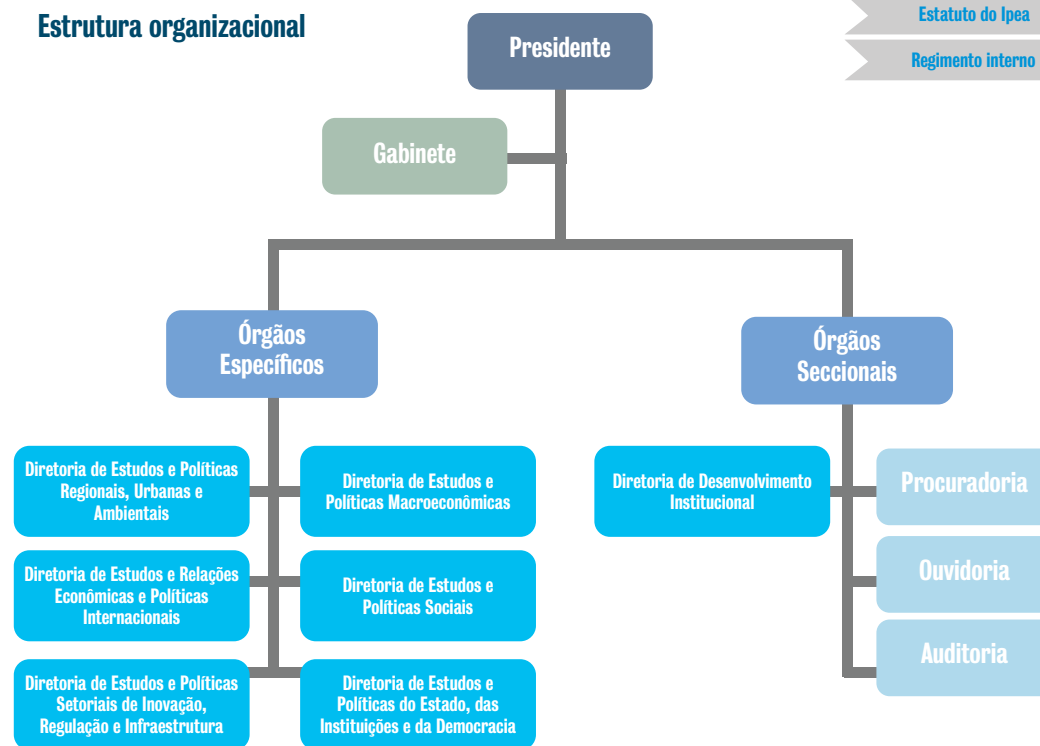
Garantir confiabilidade, agilidade e efetividade aos processos e sistemas de gestão

Fortalecer e articular a comunicação externa e interna

Garantir foco e sinergia ao Plano de Trabalho

O Plano Estratégico que previa oito objetivos de longo prazo, sendo quatro ligados à atividade-fim do Instituto e outros quatro à gestão, passou por revisão após a reforma administrativa do governo federal ocorrida em outubro de 2015, visto que o Ipea, à época vinculado à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, voltou a ser vinculado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP).

Estrutura organizacional



Estatuto do Ipea

Regimento interno

O caráter de excelência do Instituto é refletido nos produtos e serviços entregues aos seus diferentes públicos-alvo. Os poderes Legislativo, Judiciário e, em especial, Executivo são beneficiados particularmente pelas atividades de assessoria e pesquisa aplicada, que visam contribuir na formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas. Além dessas atividades, o Ipea dissemina conhecimento por meio de publicações, eventos nacionais e internacionais, e disponibilização de bases de dados, plataformas e sistemas, de modo a atender não somente os poderes supracitados como também a sociedade em geral. O Ipea também fornece capacitação via programas de mestrado e de bolsas, e qualificação de pesquisadores por meio de redes de pesquisa.

Principais Entregas

Pesquisa aplicada e assessoramento governamental

Publicações, tais como textos para discussão, livros, artigos e periódicos

Organização de eventos nacionais e internacionais

Tratamento e disponibilização de bases de dados, plataformas e sistemas

Coordenação de redes de pesquisa e qualificação de pesquisadores

Capacitação via programas de mestrado e de bolsas

Público-alvo

Poder Executivo Federal

Sociedade

Poder Legislativo

Poder Judiciário

120 Ipea Ipea em Números

857 servidores e colaboradores

+ de 50% dos servidores com doutorado ou pós-doutorado ¹

37 servidores do Ipea em cargos estratégicos no governo ²

40 vagas de mestrado oferecidas a servidores públicos

+ de 250 bolsas para atuação nos projetos do Ipea

R\$ 330 milhões em orçamento ³

21 Ministérios com parceria com o Ipea ⁴

129 parceiros nacionais

29 parceiros internacionais

+ de 270 publicações

+ de 150 eventos

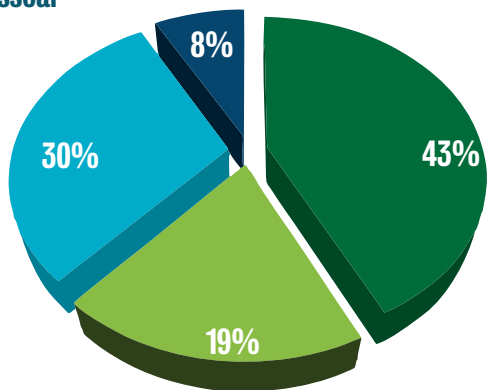
27 edições do Programa Panorama Ipea

+ de 2 milhões de acessos ao Portal Ipea

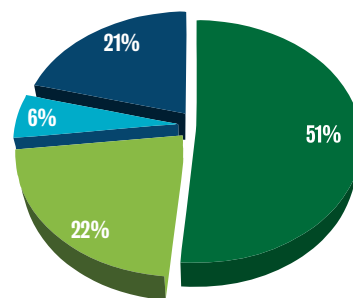
+ de 1 milhão de alcances no Facebook

+ de 100 mil seguidores no Twitter

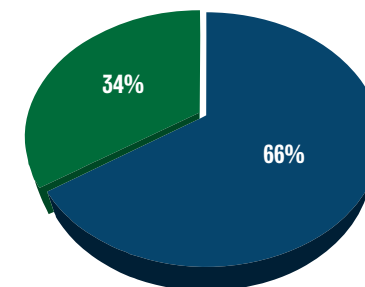
Pessoal



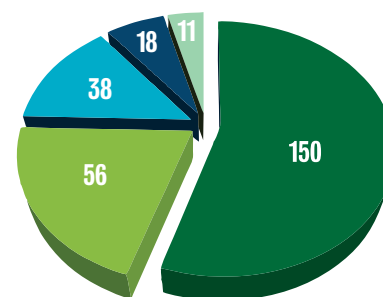
Grau de Instrução ¹



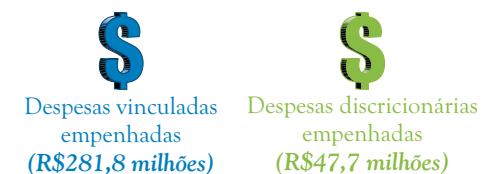
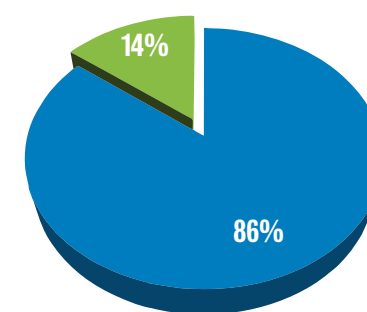
Parcerias ⁴



Publicação



Execução Orçamentária ³



¹ Entre os 220 servidores com cargos de nível superior e comissionados de nível superior.

² Funções de confiança e cargos em comissão equivalentes a DAS's 4 ou superior.

³ Despesas vinculadas e discricionárias empenhadas em 2015.

⁴ Dado referente à configuração dos 32 Ministérios de outubro de 2015.

**Assessoria
ao Estado e
Cooperação** **14**

16 Ipea e o Estado

18 Ipea e o Brasil

20 Ipea e o Mundo

22 Ipea Afora

24 Colegiados Consultivos e Deliberativos



16 Assessoria ao Estado e Cooperação

Ipea e o Estado

Para atingir sua missão de aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro, o Ipea realiza assessoria ao Estado por meio de acordos de cooperação, termos de execução descentralizada, convênios e afins, com diferentes órgãos do governo federal.

Ministério

Casa Civil

- Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (SEDES)

Ministério da Cultura (MinC)

Ministério da Educação (MEC)

- Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi)

Ministério da Fazenda (MF)

- Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)
- Secretaria de Política Econômica (SPE)
- Secretaria do Tesouro Nacional (STN)
- Secretaria Executiva (SE)

Ministério da Integração Nacional (MI)

- Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR)

Ministério da Justiça (MJ)

- Secretaria de Assuntos Legislativos (SAL)
- Secretaria de Reforma do Judiciário (SRJ)
- Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD)

Ministério da Saúde (MS)

- Secretaria Executiva (SE)

Ministério das Cidades (MCidades)

- Secretaria Executiva (SE)
- Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos (SNAPU)
- Secretaria Nacional de Habitação (SNH)

Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos (MMIRDH)

- Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)

Ministério das Relações Exteriores (MRE)

Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)

- Secretaria Executiva (SE)

Ministério do Esporte (ME)

Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)

- Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI)
- Secretaria de Orçamento Federal (SOF)
- Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI)
- Secretaria do Patrimônio da União (SPU)
- Secretaria Executiva (SE)

Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS)

- Secretaria de Políticas de Previdência (SPPS)
- Secretaria de Políticas Públicas do Emprego (SPPE)

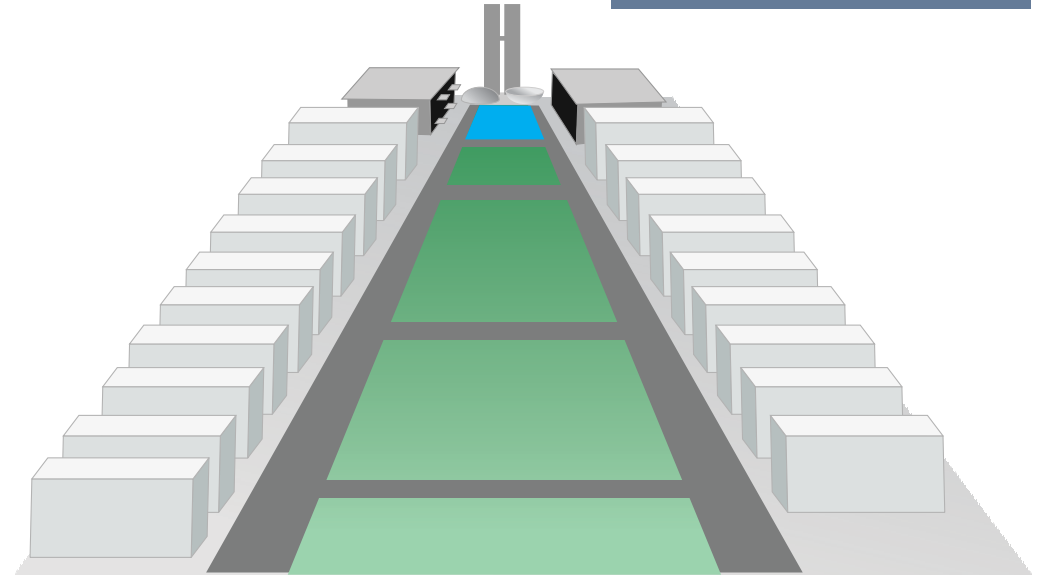
Ministério do Turismo (MTur)

Secretaria de Governo

- Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral (SNJ)
- Secretaria-Geral (SG)

Fundação Pública e Autarquia

Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL)
Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)
Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)
Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)
Instituto Nacional de Meteorologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO)
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)



Legislativo

Câmara dos Deputados
Senado Federal

Órgão de Segurança Pública

Departamento de Polícia Federal (DPF)
Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF)

Judiciário

Conselho Nacional de Justiça (CNJ)
Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT)
Tribunal Superior do Trabalho (TST)
Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Escola de Governo

Escola de Administração Fazendária (ESAF)
Fundação Escola Nacional de Administração Pública (ENAP)

Empresa Pública e Sociedade de Economia Mista

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)
Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB)
Empresa de Planejamento e Logística S.A. (EPL)
Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP)
Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS)
VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

Órgão Independente

Advocacia Geral da União (AGU)
• Corregedoria Geral da Advocacia da União (CGAU)
Controladoria Geral da União (CGU)
• Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)
Ministério Público do Trabalho (MPT)
Tribunal de Contas da União (TCU)




18 Assessoria ao Estado e Cooperação

Ipea e o Brasil

O Ipea também atua nas esferas estadual e municipal e mantém parceria com organizações não governamentais, universidades e outros institutos de pesquisa brasileiros interessados em contribuir com o desenvolvimento do país.



Fundação Pública e Autarquia

-  Fundação João Pinheiro (FJP)
-  Fundação Prefeito Faria Lima - Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal (CEPAM)
-  Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI)






Governo Subnacional

-  Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (SEPLAN/AM)
-  Secretaria da Casa Civil do Estado da Bahia
-  Secretaria de Desenvolvimento do Estado da Bahia (SEDUR/BA)
-  Governo do Distrito Federal (GDF)
-  Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social (SESP/ES)
-  Secretaria de Estado de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal (SEDHAB/DF)
-  Secretaria de Estado Extraordinária de Ações Estratégicas do Estado do Espírito Santo (SEAE/ES)
-  Secretaria de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Goiânia (SDRMG)
-  Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão do Estado de Minas Gerais (SEPLAG/MG)
-  Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas (SEDOP/PA)
-  Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual (IDEME/PB)
-  Secretaria de Estado do Planejamento do Estado do Piauí (SEPLAN/PI)
-  Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano da Prefeitura do Município de São Paulo (SMDU/PMSP)



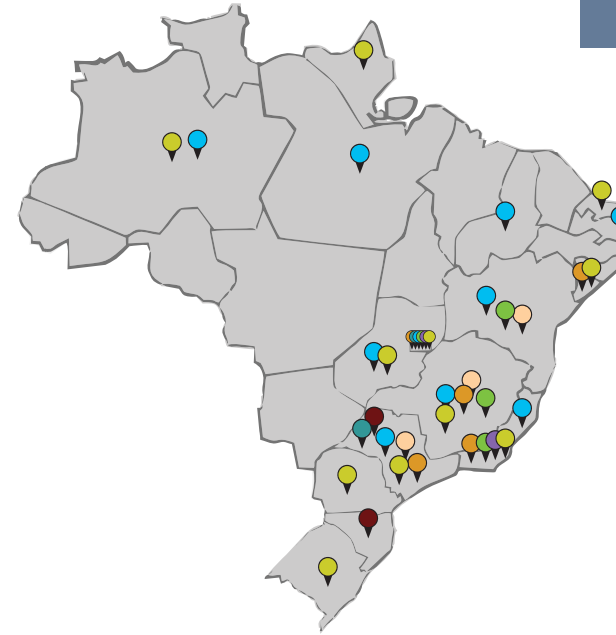
Instituição Pública/Privada sem Fins Lucrativos

-  Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP)
-  Instituto de Estudos Latino-Americanos (IELA)
-  Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS)





Instituição Privada sem Fins Lucrativos

-  Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI)
-  Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED)
-  Associação Nacional dos Defensores Públicos (ANADEP)
-  Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP)
-  Frente Nacional de Prefeitos (FNP)
-  Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (FUNDEP)
-  Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas Sobre o Trabalho (UNITRABALHO)
-  Fundação Roberto Marinho
-  Instituto de Estudos da Religião (ISER)
-  Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC)
-  Instituto de Tecnologia e Pesquisa (ITP)
-  Instituto Ethos
-  Instituto Lemann
-  Instituto Nacional de Altos Estudos (INAE)
-  Instituto Pólis
-  Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br)
-  Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)
-  Sociedade Brasileira de Gestão do Conhecimento (SBGC)








Empresa Pública e Sociedade de Economia Mista

-  Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN)
-  Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S.A. (EMPLASA)





Órgão Independente

-  Controladoria-Geral do Distrito Federal (CGDF)
-  Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (DPGE/RJ)
-  Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT)
-  Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG)
-  Procuradoria-Geral do Estado da Bahia (PGE/BA)



Judiciário

-  Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT)
-  Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJ/RJ)



Universidade

-  Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ/USP)
-  Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA/USP)
-  Fundação Universidade de Brasília (FUB)
-  Fundação Universidade do Amazonas (FUA)
-  Fundação Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)
-  Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)
-  Universidade Federal de Goiás
-  Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC)
-  Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
-  Universidade Estadual de Goiás (UEG)
-  Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)
-  Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)
-  Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
-  Universidade Federal de Sergipe (UFS)
-  Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
-  Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
-  Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

O Ipea é parceiro de diversas entidades internacionais interessadas em implementar ações de cooperação na área de políticas públicas. Essas parcerias visam à transferência, ao intercâmbio e à absorção de conhecimento, tecnologia e experiências internacionais.


Instituto de Pesquisa Governamental

-  Conselho de Pesquisa e Avaliação da Política Social (CIEPS) - México (Cidade de Toluca)
-  Development Research Center of the State Council of the People's Republic of China (DRC) China (Beijing)
-  Human Sciences Research Council (HSRC) África do Sul (Pretória)
-  Instituto de Economias em Desenvolvimento, Organização de Comércio Externo do Japão (IDE-JETRO) - Japão (Província de Chiba)
-  Korean Development Institute (KDI) Coreia do Sul (República da Coreia)
-  Russkiy Mir Foundation (RMF) Rússia (Moscou)

Instituto de Pesquisa não-Governamental

-  China Center for Contemporary World Studies (CCCWS)- China (Beijing)
-  Institute for Global Dialogue (IGD) África do Sul (Mount Edgecombe)
-  Instituto Africano para Estudos Agrários (AIAS) Zimbábue (Harare)
-  Observer Research Foundation (ORF) Índia (Nova Delhi)



Governo Internacional

-  Secretaría Técnica de Planificación del Desarrollo Económico y Social de la Presidencia de la República del Paraguay (STP) Paraguai (Assunção)

ONG

-  Actionaid Brasil Rio de Janeiro (Rio de Janeiro)
-  China Youth and Children Research Association (CYCRA) - China (Beijing)
-  China Youth And Children Research Center (CYCRC) - China (Beijing)
-  Instituto de Conservação Ambiental / The Nature Conservancy do Brasil (TNC) Brasília (Distrito Federal)
-  Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento (ITDP Brasil) Rio de Janeiro (Rio de Janeiro)

Universidade

-  Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa (IST) - Portugal (Lisboa)
-  Universidade Nacional de Moreno (UNM) Argentina (Buenos Aires)



Organismo Internacional

-  Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) - Suíça (Genebra)
-  International Policy Center for Inclusive Growth (IPC-IG) - Brasília (Distrito Federal)
-  Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) Estados Unidos da América (Washington)
-  NEPAD Agency (New Partnership for Africa's Development Planning and Coordinating Agency) - África do Sul (Midrand)
-  Banco Mundial Estados Unidos da América (Washington)
-  Organização Internacional do Trabalho (OIT) Suíça (Genebra)
-  Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) - Chile (Santiago)
-  Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) Estados Unidos da América (Nova Iorque)
-  Corporação Andina de Fomento (CAF) Venezuela (Caracas)
-  Sistema Econômico Latinoamericano y del Caribe (SELA) - Venezuela (Caracas)
-  Fórum das Federações (Forum of Federations) Canadá (Província de Ontário)

Em 2015, quase 40 servidores encontravam-se cedidos para ocupar cargos estratégicos na Administração Pública. Dentre os órgãos cessionários, destacam-se a Presidência da República e os Ministérios, em especial o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e o Ministério da Fazenda.

Prefeitura Municipal de Maceió

- Secretário Executivo de Gestão de Projetos

Prefeitura Municipal de São Paulo

- Coordenador-Geral da Secretaria Municipal de Relações Internacionais e Federativas

Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano

- Secretária Municipal de Habitação

Governo do Distrito Federal

- Subsecretário de Políticas e Planejamento Urbano

Governo do Estado de São Paulo

- Secretário de Estado de Fazenda

Governo do Estado do Rio de Janeiro

- Superintendente de Relações Federativas e Transparência Fiscal
- Subsecretário Geral de Fazenda

Companhia Fluminense de Securitização S.A. do Governo do Estado do Rio de Janeiro

- Diretor Fiscal

Companhia de Planejamento do Distrito Federal

- Diretor de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas

As cessões de servidores permitem ampliar e aprofundar as atividades de assessoramento e cooperação com órgãos governamentais, além de adensar a rede institucional do Ipea, de modo a aumentar a visibilidade e o impacto dos conhecimentos produzidos no Instituto na formulação e aprimoramento de políticas públicas.

Presidência da República

- 02 Diretores
- Assessor Especial
- 05 Assessores

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

- Chefe da Assessoria Econômica
- Secretário Adjunto
- Coordenador-Geral de Saneamento
- Gerente de Projetos

Ministério da Fazenda

- Secretário de Política Econômica da Fazenda
- Secretário Adjunto
- Liquidante

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

- Secretário
- Coordenador-Geral de Acompanhamento e Qualificação do Cadastro

Ministério do Esporte

- Diretor de Operações
- Chefe de Gabinete

Ministério do Trabalho, Emprego e Previdência

- Assessor Especial do Ministro

Ministério da Saúde

- Diretor de Economia da Saúde

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

- Diretor de Assuntos Comerciais

Ministério das Ciências e Tecnologia

- Assessora do Ministro

Ministério da Defesa

- Chefe da Assessoria Especial de Planejamento

Senado

- Assessor Técnico

Câmara dos Deputados

- Assessor Técnico

Controladoria Geral da União

- Ouvidor-Geral

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

- Assessor do Presidente

Fundação Escola Nacional de Administração Pública

- Coordenador-Geral de Comunicação

Empresa Brasil de Comunicação

- Coordenador III

Casa da Moeda do Brasil

- Diretora

Além disso, seis servidores do Ipea atuaram em organismos internacionais em 2015, conforme a seguinte configuração:

Organismo Internacional

- 2 servidores no Banco Mundial Washington - DC/EUA
- 1 servidora no Banco Interamericano de Desenvolvimento Brasília/DF
- 1 servidor na Organização Internacional do Trabalho Genebra/Suíça
- 1 servidor na União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) Quito/Equador
- 1 servidora na Organização Marítima Internacional Londres/Inglaterra

O Ipea participa de diversos colegiados consultivos e deliberativos. Por meio desses órgãos, o Instituto debate e propõe ações e políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do país.

Macroeconomia e Desenvolvimento

Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República (CDES)

O [CDES](#) é responsável por assessorar o presidente da República na formulação de políticas e diretrizes específicas, apreciar propostas de políticas públicas e de reformas estruturais e de desenvolvimento econômico e social que lhe sejam submetidas pelo presidente, para articulação das relações de Governo com representantes da sociedade.

Grupo de Trabalho Interministerial sobre a Agenda para o Desenvolvimento Pós-2015

O [grupo de trabalho](#) tem por objetivo promover o diálogo entre os órgãos e entidades federais, estaduais, municipais e a sociedade civil para elaborar a posição brasileira nas negociações da Agenda para o Desenvolvimento Pós-2015, no âmbito da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Grupo Técnico de Padronização de Relatórios (GTREL/Ministério da Fazenda)

O [GTREL](#) é responsável por elaborar análises, diagnósticos e estudos, visando à promoção, à harmonização e à padronização de relatórios e demonstrativos no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, destacadamente os previstos pela Constituição Federal e pela Lei Complementar nº 101/2000.

Estado, Instituições e Democracia

Comitê Técnico de Acompanhamento do Sistema Nacional de Indicadores de Direitos Humanos (CTA/SNIDH)

O [Comitê Técnico de Acompanhamento \(CTA\)](#) tem por objetivo definir o marco metodológico de elaboração do Sistema Nacional de Indicadores de Direitos Humanos (SNIDH), bem como acompanhar o processo de sua construção.

Grupo de trabalho do Pacto Nacional pela Redução de Homicídios

O [Pacto Nacional pela Redução dos Homicídios](#) propõe a articulação entre Governo Federal, a partir de seus ministérios e secretarias, estados e municípios brasileiros para promover uma redução de 5% ao ano nas taxas de homicídio. O processo é liderado pelo Ministério da Justiça e pela Secretaria Nacional de Segurança Pública. O grupo de trabalho de especialistas auxiliou, dentre outras atividades, na investigação e análise das principais causas de homicídios no Brasil.

Sistema de Assessoramento Federativo (SASF)

O [SASF](#) é formado por um assessor federativo de cada órgão e entidade da administração pública federal para atender às necessidades de assessoramento e informação que envolvam interesses dos estados, Distrito Federal e municípios.

Regional, Urbano e Ambiental

Comissão Executiva da Iniciativa Valoração do Capital Natural do Brasil - TEEB Brasil

A [Iniciativa Valoração do Capital Natural do Brasil - TEEB Brasil](#) tem por objetivo identificar e demonstrar os benefícios econômicos oriundos da biodiversidade e serviços ecossistêmicos brasileiros, avaliando os custos crescentes de sua perda, bem como as oportunidades geradas pela sua conservação e uso sustentável. A Comissão Executiva é responsável, dentre outras atribuições, por articular e coordenar a execução técnica das atividades da Iniciativa.

Conselho Nacional das Cidades (ConCidades)

O [ConCidades](#) é um órgão colegiado de caráter consultivo e deliberativo, integrante da estrutura do Ministério das Cidades. O conselho foi criado em 2004 como um importante instrumento de gestão democrática da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU). O ConCidades tem por finalidade estudar e propor diretrizes para a formulação e implementação da PNDU, bem como acompanhar a sua execução.

Consórcio ZEE Brasil

O Grupo de Trabalho Permanente para a Execução do Zoneamento Ecológico-Econômico, denominado de [Consórcio ZEE Brasil](#), é a instância técnica superior do Programa ZEE Brasil. Composto por 15 instituições, o Consórcio ZEE Brasil é responsável, dentre outras atribuições, por elaborar a linha metodológica de zoneamento ecológico-econômico do país em plano nacional.

Grupo de trabalho do Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais (SINTER)

O [SINTER](#) unifica em um ambiente nacional único na União, com administração da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e gestão compartilhada com os registradores e órgãos federais, a recepção das informações relacionadas à titularidade dos imóveis que são enviadas pelos Sistemas de Registros Eletrônicos dos cartórios brasileiros, tais como as operações de alienações, doações e garantias que são objeto de registro público. O grupo de trabalho conta com representantes da RFB, do Ipea e de outros organismos e entidades.

Grupo Técnico do Sistema de Informações em Mobilidade Urbana

O [Sistema de Informações em Mobilidade Urbana](#), em desenvolvimento pelo Ministério das Cidades, tem o objetivo de ser uma referência nacional para a formulação de políticas públicas na área de mobilidade urbana e manter uma rede nacional de coleta, armazenamento e compartilhamento de dados. O Grupo Técnico é composto pelo WRI Cidades Sustentáveis, pela Associação Nacional dos Transportes Públicos (ANTP), Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU), Associação Nacional dos Transportadores de Passageiros sobre Trilhos (ANPTTrilhos), pelo Instituto de Energia e Meio Ambiente (IEMA), ITDP Brasil e pelo Ipea.

Social

Câmara Técnica de Orientação e Avaliação do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

O [SIOPS](#) é um sistema que visa disponibilizar informações sobre despesas em saúde de todos os entes federados. O SIOPS foi idealizado pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) em 1993, sendo institucionalizado em 2000, no âmbito do Ministério da Saúde. O SIOPS conta com o auxílio da Câmara Técnica para, dentro de outras atribuições, propor ações para o aperfeiçoamento dos instrumentos de coleta de informações.

Comissão Intersetorial de Orçamento e Financiamento do Conselho Nacional de Saúde (COFIN/CNS)

A [Comissão Intersetorial de Orçamento e Financiamento \(COFIN\)](#) tem por finalidade subsidiar o Conselho Nacional de Saúde (CNS) nas atividades específicas de promotor e apoiador do processo de Controle Social pelos Conselhos de Saúde das demais esferas do poder, em especial, na disseminação das atividades relativas à questão orçamentária e financeira.

Comitê de Estatísticas Sociais

O [Comitê](#) tem por objetivo o diagnóstico e a definição de demandas por estatísticas sociais, e a instituição da cooperação dos órgãos produtores de registros administrativos, pesquisas sociais, censos e outras fontes, com vistas ao fortalecimento e aprimoramento das informações estatísticas sociais, visando ampliar o uso, a variedade e a qualidade das informações. As instituições participantes são: IBGE, Ipea, INEP, MTE, MSaúde, MPAS, MJ e MDS.

Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica de Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis (CIISC)

O [CIISC](#) tem entre seus objetivos apoiar ações de inclusão social e econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis. Com a criação do CIISC fica instituído o Programa Pró-Catador, com a finalidade de integrar e articular as ações do Governo Federal voltadas ao apoio e ao fomento à organização produtiva dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, à melhoria das condições de trabalho, à ampliação das oportunidades de inclusão social e econômica e à expansão da coleta seletiva de resíduos sólidos, da reutilização e da reciclagem por meio da atuação desse segmento.

Internacional

Conselho de Think Tanks dos BRICS (BRICS Think Tanks Council)

O [Conselho](#) voltado a impulsionar a colaboração na pesquisa, a troca de conhecimentos e construção de capacidades entre *think tanks* dos países dos BRICS. Composto pelo Ipea, *Observer Research Foundation*, *China Center for Contemporary World Studies*, *Russian National Committee on BRICS Research*, e *Human Sciences Research Council*.

Grupo Técnico da Comissão de Financiamentos Externos (GTEC/COFIEIX)

O [GTEC](#) tem como finalidade assessorar a COFIEIX no desempenho de suas funções. O Ipea é órgão convidado da COFIEIX, no papel de assessor temas específicos apresentados nas propostas de financiamento submetidas ao Colegiado.

Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS)

O [CNPS](#), órgão superior de deliberação colegiada, tem como principal objetivo estabelecer o caráter democrático e descentralizado da administração, em cumprimento ao disposto no art. 194 da Constituição, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, que preconiza uma gestão quadripartite, com a participação do Governo, dos trabalhadores em atividade, dos empregadores e dos aposentados.

Fórum de Debates sobre Políticas de Emprego, Trabalho e Renda e de Previdência Social

O [Fórum](#) tem como finalidade promover o debate entre os representantes dos trabalhadores, dos aposentados e pensionistas, dos empregadores e do Poder Executivo Federal com vistas ao aperfeiçoamento e à sustentabilidade das políticas de emprego, trabalho e renda e de previdência social e a subsidiar a elaboração de proposições pertinentes.

Grupo Executivo das Contas-Satélites de Saúde (CSS)

A [Conta-Satélite de Saúde \(CSS\)](#) é uma extensão do Sistema de Contas Nacionais (SCN), que tem por objetivo expandir a capacidade de análise das Contas Nacionais sobre a área da saúde. A CSS é resultado de trabalhos desenvolvidos pelo Comitê Gestor e pelo Grupo Executivo. O Grupo Executivo é responsável pelos trabalhos de implementação das contas de saúde e é composto por representantes técnicos do Ministério da Saúde, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), da Fiocruz, do IBGE e do Ipea.

Subcomitê de Trabalho Decente para a Juventude

O [Subcomitê](#) foi instituído para promover a construção de agenda de promoção do trabalho decente de acordo com o Memorando de Entendimento firmado entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) com ações voltadas especificamente para a juventude. O Subcomitê é composto por integrantes do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Ministério da Ciência e Tecnologia, do Ipea e por representantes de outros órgãos, indicados pelo comitê executivo do colegiado.

Gestão

Comitê de Implementação de Software Livre

O [Comitê de Implementação de Software Livre](#) foi instituído em 2003 e é aberto a todos os órgãos do governo federal. Os objetivos do Comitê baseiam-se na promoção e adoção de software livre no governo federal, na economia e racionalização de gastos, no fomento do mercado tecnológico interno e no fortalecimento da inteligência nacional.

Projetos
em
Destaque

26

28 Ipea +50 e Sistema de Integridade

30 Radiografia do Brasil Contemporâneo

32 Agenda Estratégica para o Brasil

34 Avaliação de Políticas Públicas



De Projeto Centenário a Ipea+50

O Ipea+50 teve como objetivo o desenho de um projeto institucional de longo prazo para o Instituto, com vistas ao seu fortalecimento. Inicialmente denominado “Projeto Centenário”, propunha um longo 'ciclo de planejamento estratégico' para os próximos 50 anos, composto por cinco Planejamentos Estratégicos decenais. O Plano Estratégico 2013-2023 traçado pelo Ipea seria considerado o 'primeiro decenal' e a base para a realização de processos democráticos de concretização e especificação de um horizonte de futuro para a Instituição. A retomada da construção da nova sede do Ipea em Brasília, recuperando os trabalhos preparatórios anteriores, seria a meta-síntese desse esforço.

Inspirado na oficina “Ipea+50” realizada em 2014 pela Afipea sobre os caminhos a serem seguidos pela instituição nos próximos 50 anos, o projeto Centenário foi renomeado como forma de resgatar a reflexão dos servidores da casa e promover sua participação nas discussões. Ainda no sentido de mobilizar energias e de valorizar os servidores, o auditório principal da sede do Ipea foi reinaugurado e batizado em homenagem ao técnico de planejamento e pesquisa do Instituto Divonzir Gusso. Gusso faleceu no fim de 2014 e, com mais de 40 anos de dedicação ao Ipea, foi um dos maiores especialistas em políticas educacionais do país.

Retomar a história

Parte do esforço do Ipea+50 consistiu na retomada da história documental do Instituto, desde o referido Planejamento Estratégico 2013-2023 passando pelos relatórios do projeto *Etnografia Institucional do Ipea*, o texto *Contribuições para uma análise institucional do Ipea* (Matos, A., 1994), material produzido na oficina Ipea+50 e *Texto para Discussão nº 1000: Edição Especial*. No seminário *Agenda Estratégica para o Brasil*, houve também uma discussão com a presença de ex-presidentes do Instituto sobre o papel do Ipea para o desenvolvimento brasileiro.

Benchmarking

Outra iniciativa importante foi a realização de benchmarking institucional para investigar como funcionam outros centros de pesquisa tanto do ponto de vista de sua organização macro quanto dos seus processos internos (organização, planejamento e definição de agenda de pesquisa, gestão e avaliação de projetos de pesquisa, competências estatísticas e em análise de dados, avaliação institucional e individual, mecanismos de incentivo, premiação e de financiamento, produtos, clientes, entre outros). Foram realizadas visitas e entrevistas com dirigentes de várias instituições, tais como o *National Bureau of Economic Research (NBER)*, *Brookings Institution*, *MITRE Corporation*, *MIT Lincoln Laboratory*, na busca de subsídios para o debate sobre a organização e funcionamento do Ipea.

2015 para o Ipea

Os esforços do Ipea+50 ocorreram concomitantemente a uma série de eventos com implicações importantes para a Instituição. Com a extinção da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) em outubro de 2015, o Ipea retornou à condição de fundação vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. O ano de 2015 também foi marcado pela reforma administrativa, que previa a extinção de diferentes cargos comissionados do Ipea.

Esses eventos estimularam – de certo modo também açodaram – as discussões sobre a reestruturação administrativa do Ipea e a busca por um arranjo institucional inovador que promovesse a integração transversal entre estudos, pesquisas e assessoramento e que impulsionasse as atividades do Instituto.

O Ipea+50 procurou fortalecer a instituição e definir um horizonte para o futuro da casa, recuperando sua história e qualificando a tomada de decisões no presente. O projeto ressaltou e evidenciou a necessidade de inovar e reinventar a instituição para que o Ipea possa contribuir cada vez mais com o desenvolvimento do Brasil.

Algumas iniciativas do Ipea+50:

- Aumento da transparência e melhoria da governança
- Criação do Sistema de Integridade do Ipea
- Fortalecimento do IpeaProjetos
- Divulgação das memórias de reuniões de diretoria desde 2003 no site do Ipea
- Criação de sistemática para acompanhamento do Plano de Providências Permanentes (Auditoria)
- Benchmarking institucional
- Reinstalação do Comitê para implementação do Plano Estratégico



Crédito: Ipea

- Fortalecimento do Ipea em avaliação de políticas públicas
- Criação de núcleo de cenários e estudos prospectivos
- Fortalecimento do Mestrado Profissional do Ipea em parceria com a ENAP
- Retomada das discussões sobre a nova sede
- Elaboração do Plano de Ação para o Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça

Sistema de Integridade

Entende-se que a integridade pública representa um estado ou condição de um órgão ou entidade pública que está “completa, inteira, perfeita, sã”, no sentido de uma atuação que seja imaculada ou sem desvios, conforme as normas e valores públicos. A integridade pública pode ser compreendida, portanto, como uma qualidade ou uma virtude de uma determinada organização e de seus agentes, quando atuam de maneira proba, conforme o interesse público e os demais princípios, normas ou valores que devem nortear a atuação da Administração Pública.

Nesta linha, em dezembro de 2015 foi instituído o Sistema de Integridade do Ipea, constituído pelas seguintes instâncias:

COMISSÃO DE ÉTICA

- Portaria nº 419, de 21 de novembro de 2008, que criou a Comissão de Ética do Ipea
- Portaria nº 458 de 06 de dezembro de 2010, que instituiu o Código de Ética do Ipea

- Colegiado de Diretores, de natureza decisória, responsável por atuar no direcionamento estratégico e na priorização das ações; e
- Comitê Consultivo de Governança, de natureza propositiva, constituído pelos representantes da Ouvidoria, da Auditoria Interna, da Procuradoria Federal no Ipea e da Comissão de Ética.

O Sistema de Integridade tem como atribuições: identificar questões de naturezas ética, jurídica e operacional; propor e monitorar a execução de ações preventivas e corretivas; e emitir orientações que preservem a Instituição, seus servidores e colaboradores. O foco na transparência, ética e boas práticas aprimorarão os processos do Ipea.

OUVIDORIA

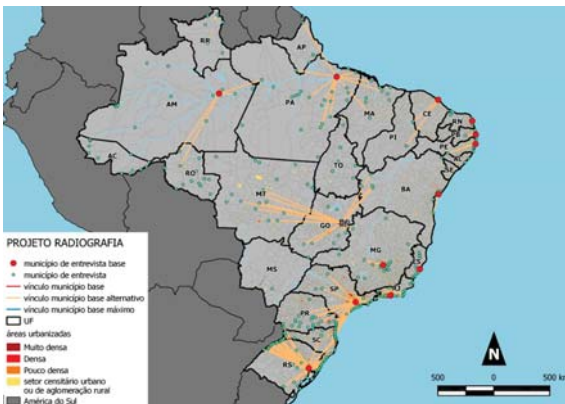
- Instrução Normativa nº 3, de 12 de maio de 2004, que estabeleceu os procedimentos relativos à atividade da Ouvidoria no âmbito do Ipea

O projeto [Radiografia do Brasil Contemporâneo](#) foi idealizado a partir da solicitação do então ministro da extinta Secretária de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR) Roberto Mangabeira Unger, e visou se encaixar nas prioridades governamentais cujo lema era “Brasil, Pátria Educadora”. O projeto alinha-se com o objetivo de refinar a orientação conceitual de políticas públicas educacionais, a fim de contribuir para a melhora dos índices brasileiros e aprimorar a conexão entre educação, inovação e emprego. Buscou-se, por um lado, entender a maneira pela qual os diferentes agrupamentos sociais incutem diferentes modos de vida e visões de mundo, e, por outro, compreender as carências sociais de certas parcelas desprivilegiadas da população brasileira, principalmente aquelas em vias de ascensão social. Nesse contexto, três eixos temáticos principais se consolidaram.

Principais Eixos Temáticos do Projeto:

- a) a relação entre socialização familiar e desempenho escolar;
- b) a consequente inserção no mercado de trabalho; e
- c) suas variações em função da origem de classe.

Parte-se do pressuposto que o desempenho escolar se conecta com condições familiares, perpassadas, por sua vez, por imperativos emocionais, culturais e econômicos particulares que devem ser considerados para uma proposta



reformadora basilar, que se coloca como um dos principais desafios institucionais e políticos do país e visa, portanto, à reconfiguração pedagógica ao promover de maneira mais efetiva as faculdades analíticas, o raciocínio lógico e a interpretação de texto.

A hipótese adotada é a de que os chamados “batalhadores” – estrato social médio, desprovido de condições prévias confortáveis para a condução de seus projetos de vida – são munidos de esquemas comportamentais particulares e se caracterizam por afinidades e antagonismos estruturais com as classes médias dominantes. Ademais, considera-se que estas últimas se destacam por gozarem não apenas do acesso a um ensino de melhor qualidade, mas igualmente por incorporarem dispositivos comportamentais mais adequados às instituições escolares e às competências intelectuais por elas exigidas.

A partir desta hipótese, a pesquisa buscou comparar uma classe média ascendente e camadas sociais médias consolidadas, buscando apreender as variáveis qualitativas sobre o fenômeno da ascensão em contextos desprivilegiados de origem. O objetivo foi além de um mapeamento geral das classes sociais e seus ambientes, incluindo igualmente a reconstrução compreensiva das inclinações práticas que as compõem.

A coleta dos dados empíricos baseou-se no levantamento de estatísticas e na realização de entrevistas. Com um recorte regional, considerou-se as dimensões socioespaciais responsáveis pela ocorrência de padrões comportamentais semelhantes.

A escolha teórica baseou-se na pesquisa hermenêutica, que preza pela captura das múltiplas dimensões que compõem a vida e a trajetória social dos agentes. Para tanto, empreendeu-se o exame de narrativas individuais de acordo com esquemas objetivos de socialização. Entende-se aqui que a motivação do comportamento social não é passível de ser nem reduzida e muito menos identificável numa única causa. Em ruptura com o axioma do agente isolado, foi conferido especial cuidado ao encadearamento entre os eventos vivenciados e suas relações de interdependência.

Buscou-se relacionar variáveis como renda,

escolaridade, vida familiar e ingresso no mercado de trabalho com as histórias de vida encontradas, preconizando a abordagem processual. Nesse contexto, a condução das entrevistas seguiu eixos temáticos gerais, orientados por inquietações teóricas de fundo.

Eixos Temáticos das Entrevistas: trajetória ocupacional, contexto familiar, consumo e práticas culturais, práticas econômicas, vida comunitária e religiosa, relações de gênero e percepção política.

Foram realizadas 600 entrevistas que seguiram um roteiro específico, com questões que incluíam indicadores socioeconômicos já estabelecidos, a fim de garantir que os resultados da amostra dialogassem com outras pesquisas nacionais. Foi construído também um manual de apoio - com a finalidade de nivelar o trabalho de campo da equipe de pesquisadores - contendo instruções sobre a preparação e realização das entrevistas, além de uma exposição sobre quais preocupações de pesquisa motivavam cada seção do roteiro.

Com o apoio da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais, foi elaborada uma estratégia de acesso à população de interesse. Tal estratégia foi baseada no cruzamento de dados espaciais com dados socioeconômicos da população brasileira, visando identificar “focos” de indivíduos em mobilidade social ascendente. Isso permitiu discriminar as Unidades da Federação por diversos índices relevantes para a compreensão de nossa estrutura de classes.

A amostra final produzida teve suas características comparadas a uma população brasileira, conforme identificadas pelo Censo Demográfico de 2010, o que mostrou que ela refletia aproximadamente as mesmas distribuições por sexo e cor do Brasil como um todo - embora tenha havido certa concentração nas regiões Norte e Nordeste - mas que diferia substancialmente em indicadores de escolaridade e de renda, em função do foco sobre setores médios ascendentes.

Concluídas as entrevistas e efetuadas as transcrições, o Ipea tem investido na organização dos dados para análises internas. Uma planilha de cadastro já permite a busca de entrevistas a partir de indicadores socioeconômicos e demográficos,



com base no cruzamento entre códigos de identificação e as variáveis desejadas. O objetivo final é desenvolver uma plataforma digital de acesso a tais registros.

Além disso, o Ipea também vem empreendendo um esforço de codificação das entrevistas em termos de escalas de atitudes, as quais permitem análises de atitudes e valores em relação à condição socioeconômica dos entrevistados. Mediante a leitura das entrevistas, pesquisadores situam os entrevistados nessas escalas.

O principal produto deste trabalho será uma base de dados com escalas atitudinais, além dos atributos levantados pelo questionário básico. Esta base poderá subsidiar vários estudos futuros, como uma análise multidimensional do perfil sociopsicológico das pessoas e da sua relação com o status socioeconômico, visando investigar possíveis conexões, assim como descontinuidades entre classe social e estilos de vida. Os resultados preliminares revelam uma primeira dimensão (a mais explicativa) fortemente relacionada com o status econômico, sobretudo indicado pela educação. Além disso, estão previstos uma série de estudos temáticos, que estão sendo desenvolvidos por pesquisadores de campo selecionados, em conjunto com a coordenação da pesquisa.

A pesquisa se coaduna com os objetivos do Ipea ao apurar de que modo algumas políticas públicas atuam concretamente na vida dos entrevistados e como influenciam suas expectativas. A conexão entre atuação estatal e o impacto em seu público alvo - com a bagagem social anterior, bem como os limites e capacidades do beneficiário - é essencial na arquitetura de uma política pública eficaz.

Tendo em vista a missão de aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro, o Ipea busca contribuir para o debate público, reunindo especialistas e diversos atores interessados em refletir e propor alternativas para os desafios postos à sociedade brasileira.

Nesse sentido, o Ipea realizou em setembro de 2015 o seminário Agenda Estratégica para o Brasil, no qual se propôs a iniciar um diálogo com parlamentares, autoridades governamentais, especialistas e lideranças da sociedade civil em torno dos desafios e propostas para a formulação de uma nova estratégia de desenvolvimento para o Brasil.

Deste seminário foram originados documentos de posicionamento da instituição sobre os principais temas colocados pela conjuntura político-econômica para subsidiar a formulação de uma agenda de pesquisas que provoque a discussão das mudanças necessárias nos campos de ação governamental e identifique soluções. Tais documentos embasarão a edição da publicação *Brasil em Desenvolvimento de 2016*.

Temas que pautaram os debates do seminário *Agenda Estratégica do Brasil*:

Contas públicas

- Evolução do gasto público em suas dimensões quantitativa e qualitativa
- Alternativas de modelos de tributação, com enfoque na compatibilidade dos mesmos com a política de redução das desigualdades e inclusão
- Impacto fiscal de políticas públicas específicas, notadamente em saúde, educação, previdência e assistência social

Produtividade e inovação

- Melhoria do ambiente de negócios e redução da burocracia para a inovação
- Estímulo ao empreendedorismo e à elevação da produtividade
- Modernização do arcabouço legal de apoio à inovação e diversificação do sistema de Ciência e Tecnologia (C&T) no Brasil
- Novos modelos de contratação de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) por parte do setor público e novos instrumentos de apoio à inovação
- Elevação da produtividade por intermédio da qualificação e formação da força de trabalho
- Efetividade e eficiência dos instrumentos de apoio à inovação existentes
- Experiências internacionais exitosas em termos de inovação e maior abertura do país a novas ideias e tecnologias

Infraestrutura

- Governança e arranjos institucionais dos projetos de investimento
- Execução dos projetos de investimento público (PAC)
- Licitações e contratações públicas
- Financiamento de longo prazo
- Licenciamento ambiental
- Controles da administração pública
- Relações entre o Estado e a sociedade, especialmente com grupos sociais afetados negativamente pelas obras

Capacidades do Estado para políticas públicas

- Capacidades do Estado Brasileiro de formular e implementar políticas públicas, entregando mais e melhores bens e serviços públicos à população
- Profissionalização da gestão pública
- Participação da sociedade nos processos decisórios das políticas públicas
- Sistema de controles da administração pública: desempenho e *accountability* da ação governamental



Proteção social

- Institucionalização do Estado de Bem-estar brasileiro
- Financiamento e impactos econômicos das políticas sociais
- Novas agendas de política social geradas pelo processo inclusivo
- Sistema Nacional de Educação: formulação, financiamento, coordenação, cooperação e ação supletiva
- Monitoramento e avaliação da implementação do Plano Nacional de Educação
- Sustentabilidade financeira do Sistema Único de Saúde
- Mercado de trabalho: terceirização, desoneração da folha e a geração de emprego

Inserção internacional

- Políticas de integração regional na América Latina, tais como o Mercosul, UNASUL e outros mecanismos
- Os BRICS e o potencial para a nova inserção da economia brasileira no cenário internacional
- Variações do fluxo de Investimento Direto Estrangeiro e seu impacto na economia brasileira
- A dinâmica do comércio internacional e seus resultados sobre a oferta de bens exportados e a demanda por produtos importados
- As cooperações internacionais para o desenvolvimento nacional

Desenvolvimento regional e urbano

- Dinâmica e tendências do desenvolvimento territorial do país com seu sistema urbano: articulação da organização espacial da estrutura produtiva vis-à-vis a infraestrutura disponível nas diversas escalas espaciais
- Instrumentos de estímulo à política regional, a exemplo dos fundos constitucionais e outros mecanismos de redução das desigualdades regionais existentes, com enfoque dos dilemas do federalismo fiscal
- Impactos das propostas de reestruturação tributária entre os estados e regiões, em especial as voltadas à homogeneização ou unificação do ICMS e à adoção do Imposto sobre Valor Agregado

Sustentabilidade ambiental

- Gestão adequada dos recursos naturais do país, diante dos atuais desafios econômicos, como insumos fundamentais ao processo de desenvolvimento
- Grandes desafios relacionados à efetivação das políticas ambientais brasileiras, tais como o Código Florestal e a lei de Resíduos Sólidos, e o enfrentamento de problemas críticos relacionados à escassez de recursos naturais, como a crise hídrica
- Estratégia para se avançar na agenda ambiental, garantindo-se a conservação dos recursos e a geração de incentivos econômicos para essa conservação

Um Estado efetivo deve ser capaz de desenhar e implementar políticas públicas com eficiência, eficácia e efetividade, tirando lições desse processo. Os benefícios à sociedade devem ser o foco permanente, com o monitoramento e a avaliação constituindo o caminho para saber quais políticas de fato funcionam e como elas podem ser aperfeiçoadas.

Este é o papel do Ipea, que tem no centro de sua missão o aprimoramento das políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro. Avaliar políticas públicas é uma atividade que sempre foi e será um dos principais atributos da instituição.

O tipo de avaliação mais frequente é o que ocorre após a implantação da política. Esse tipo, conhecido como avaliação *ex-post*, procura avaliar se a política foi eficiente, eficaz e efetiva.

A avaliação, contudo, pode ocorrer antes mesmo da criação da política. Essa avaliação, conhecida como *ex-ante*, compreende o estudo do desenho da política, bem como a análise dos seus potenciais impactos e de alternativas de política.

Apesar de sua importância, as avaliações *ex-post* e *ex-ante* não são suficientes. Mesmo uma política consistente e bem desenhada pode apresentar dificuldades e necessidades de ajuste durante sua execução. Para garantir o sucesso da política, é imprescindível seu acompanhamento e monitoramento, os quais permitem correções tempestivas de rumos.

Cada uma dessas atividades de monitoramento e avaliação baseia-se em diferentes métodos e ferramentas, tais como a definição de indicadores de desempenho, utilização do marco lógico para avaliação do desenho da política, desenvolvimento de modelos para a simulação de efeitos, análises estocásticas para avaliação de eficiência, estudos econométricos para avaliação de impacto, entre outros.

A apropriação, desenvolvimento e aplicação de técnicas de ponta para o monitoramento e avaliação das políticas públicas são pilares da atividade do Ipea. Nesse sentido, o instituto organizou eventos relacionados ao tema, dentre os quais se destacam dois grandes seminários internacionais em 2015.

O primeiro, *Aperfeiçoando Políticas Públicas no Brasil a partir de Resultados: desenvolvendo competências e sistemas de monitoramento e avaliação*, foi realizado em São Paulo, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas. Nele, discutiu-se a importância de evidências empíricas para a formulação de políticas públicas e o papel dos sistemas de monitoramento e avaliação.

O segundo seminário, *Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas: instrumentos e experiências*, procurou aprofundar essa discussão no âmbito do governo federal, trazendo representantes de diferentes instituições nacionais e internacionais, tais como o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), Ministério da Fazenda (MF), Controladoria Geral da União (CGU), Tribunal de Contas da União (TCU), Banco Central, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco Mundial e o *International Policy Center for Inclusive Growth (IPC)*.

“É a vocação do Ipea dentro do Estado brasileiro ocupar uma função importante no monitoramento e avaliação de políticas públicas. Isso é fundamental no contexto em que o Estado brasileiro vem fazendo um esforço de atendimento à maioria da sua população que foi historicamente esquecida”, afirmou o então presidente do Ipea, Jessé Souza, no seminário Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas: instrumentos e experiências, em novembro de 2015.

Na ocasião, foram apresentadas diferentes experiências do Ipea no monitoramento e avaliação de políticas com a utilização de diversos instrumentos e metodologias.

O seminário evidenciou a complexidade inerente à organização de uma sistema de monitoramento e avaliação no Estado brasileiro e a vocação do Ipea para organizar o dissenso e ocupar uma função central no monitoramento e avaliação de políticas públicas.



Crédito: Ascom/Ipea

“A principal motivação foi trazer experiências e instrumentos em avaliação e monitoramento, gerar debates e incentivar a reflexão dos envolvidos. No dissenso, convergimos para a necessidade de múltiplas abordagens. Nenhum instrumento de avaliação e monitoramento é suficiente ou perfeito. Uma visão mais rica deve utilizar as diferentes abordagens complementarmente”, sintetizou a assessora-chefe de Planejamento e Articulação Institucional do Ipea, Patrícia Morita Sakowski.



Crédito: Ascom/Ipea

Áreas de
Pesquisa **36**

38 Macroeconomia

40 Internacional

42 Social

44 Setorial, Inovação, Regulação e Infraestrutura

46 Estado, Instituições e Democracia

48 Regional, Urbano e Ambiental

Linhas de pesquisa



A Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) promove e realiza estudos e pesquisas nas áreas de acompanhamento e análise conjuntural, comércio exterior, finanças públicas, condução da política monetária, economia financeira, articulação entre o regime cambial e monetário, crescimento e desenvolvimento econômico.

Em 2015, atuou na ampliação e aprofundamento das atividades de assessoramento ao Governo Federal; no acompanhamento da conjuntura macroeconômica e da condução das políticas monetária e fiscal, com a publicação trimestral da Carta de Conjuntura e a divulgação de indicadores e pesquisas sobre a atividade econômica e as inter-relações entre as medidas de política adotadas e o ambiente econômico.

Quanto à *Agenda Estratégica para o Brasil*, a diretoria realizou análise da situação fiscal do Brasil à luz das instituições subjacentes às contas públicas do país.

No que tange aos dados e sistemas de informação, a Dimac realizou o acompanhamento e análise das finanças públicas em alta frequência, com a construção de bases de dados a partir dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (RREO) e dos Portais de Transparência Estaduais, e o gerenciamento, manutenção e aperfeiçoamento do banco de dados [Ipeadata](#).

No ano de 2015, foram feitas também as seguintes análises de longo prazo:

a. análise sistêmica da dinâmica econômica brasileira, a partir de modelos macroeconômicos de médio e grande porte, visando subsidiar as discussões de políticas relativas ao gerenciamento da economia no curto e médio prazo. Alguns tópicos abordados foram os determinantes dos componentes da demanda agregada no Brasil; estimação do consumo do governo e do estoque de capital público; relações entre política fiscal, política monetária e o mercado financeiro; e preços de *commodities* e ciclos de negócios no Brasil;

b. análise institucional do sistema financeiro no Brasil, com foco nos seguintes temas: a operacionalização da política monetária no Brasil e a relação entre o Banco Central e o Tesouro Nacional; a dinâmica recente dos fundos de investimento brasileiro; a estrutura patrimonial do sistema bancário no Brasil no período recente; e o potencial da previdência complementar dos entes federados como fonte de financiamento de longo prazo;

c. análise da evolução, determinantes e desafios do setor externo brasileiro, com foco nos seguintes temas: a vulnerabilidade externa da economia brasileira; a análise da elasticidade-câmbio das exportações brasileiras; os termos de troca e evolução da renda doméstica; e a estrutura do comércio internacional de bens e implicações para o desempenho exportador do país.

40 Áreas Temáticas Internacional

A Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais (Dinte) promove e realiza estudos e pesquisas nas áreas de acompanhamento e análise conjuntural dos fluxos de comércio e de capitais internacionais, a lógica de operação das corporações transnacionais, a dinâmica das cadeias produtivas globais, as instituições multilaterais, a integração regional, a cooperação para o desenvolvimento socioeconômico, a segurança energética e territorial, a condução da política externa, bem como o acompanhamento dos acordos de cooperação e intercâmbio com órgãos e entidades públicas ou privadas internacionais de planejamento e pesquisa.

Durante 2015, a diretoria procurou discutir alguns temas prioritários das relações do país com o exterior, com o apoio de diversos órgãos da administração federal e organismos internacionais. Buscou-se aprofundar o conhecimento sobre a lógica e a dinâmica de funcionamento das corporações transnacionais, sobretudo nas cadeias produtivas globais, com ênfase nas cadeias de valor entre os países da América do Sul. Elaborou-se uma matriz insumo-produto para cada um dos países da América do Sul, identificando as capacidades regionais que pudessem resultar em processos de complementaridade produtivas em cadeias específicas - parceria entre o Ipea, a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), a Corporação Andina de Fomento (CAF), o Banco de Desenvolvimento da América Latina e o Caribe (CEPAL). Na esfera do comércio internacional, procurou-se avançar na compreensão da dinâmica global do comércio, nas mudanças estruturais na pauta de comércio exterior brasileiro e na política comercial brasileira em geral.

Ainda na dimensão do processo de integração sul-americano, realizou-se amplo estudo com a finalidade de delinear opções com vistas ao aprofundamento das relações comerciais entre Brasil e Uruguai. As conclusões e recomendações se inseriram no esforço de se criar planos de ação para o desenvolvimento sustentável da integração Brasil-Uruguai (no âmbito da chamada “nova agenda para a cooperação e o desenvolvimento fronteiriço”), por meio da livre circulação de bens e serviços, e também de sinalizar aperfeiçoamentos institucionais relevantes para se avançar na integração regional. Da mesma forma, efetuou-se um panorama das diversas iniciativas lançadas entre 2003 e 2015 pelo governo brasileiro visando à institucionalização de formas tradicionais e inovadoras de cooperação com os vizinhos da América do Sul.

Como representante oficial brasileiro no conjunto de *Think Tanks* dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), a Dinte acompanhou as discussões realizadas nos grupos de trabalho criados no âmbito do conselho destes *Think Tanks*, bem como na cúpula anual. Diante da importância geoeconômica e geopolítica da China, desenvolveram-se estudos específicos sobre a economia política das transformações socioeconômicas, o sistema monetário e de crédito, os instrumentos de ciência, tecnologia e inovação, a modernização do aparato militar, e as políticas de inserção nas cadeias globais e regionais de valor ocorrida nos últimos trinta anos.

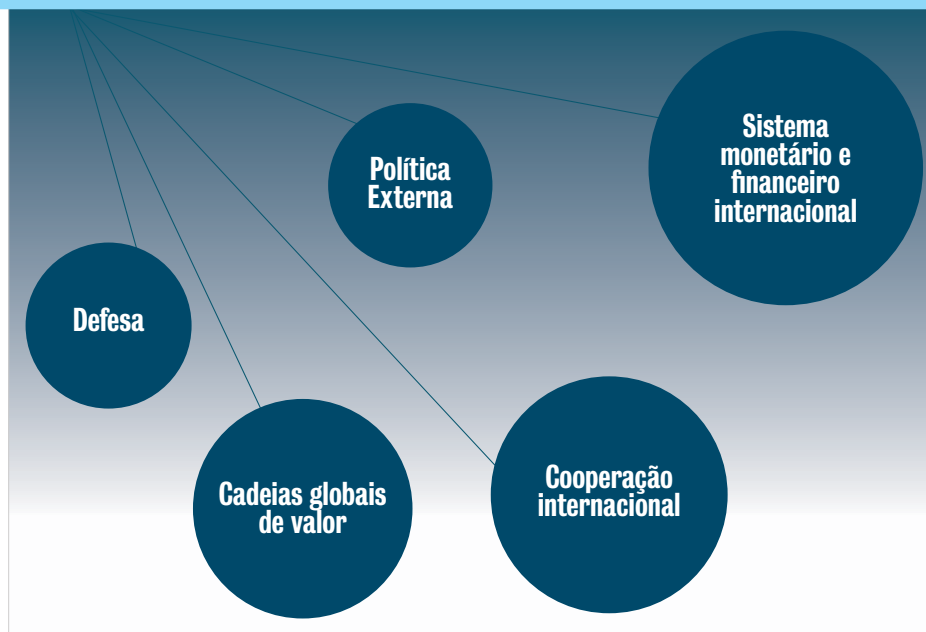
Outra linha de pesquisa consistiu em estudos comparados de modelos de financiamento para projetos de infraestrutura, com ênfase na experiência dos países emergentes, em parceria com a Diretoria de

Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura (Diset). Um estudo no âmbito deste projeto foi premiado pela Secretaria do Tesouro Nacional e tem embasado discussões em conjunto com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Ministério da Fazenda (MF) e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) para aperfeiçoamento dos modelos de concessões de infraestrutura logística no Brasil.

Buscou-se, ainda, aperfeiçoar a compreensão da cooperação prestada pelo Brasil a partir do levantamento de ações e de

dispêndios dos órgãos da administração pública federal, bem como da análise de seu significado e seu alcance como instrumento para a execução de objetivos de política externa. Com o intuito de permitir certo grau de comparabilidade dos dados levantados com os disponíveis em âmbito internacional, os recursos foram classificados de acordo com a modalidade da cooperação, tais como técnica, científica e tecnológica, bolsas de estudos para estrangeiros, ajuda humanitária, refugiados no Brasil, operações de paz e contribuições do orçamento brasileiro para organizações internacionais (Cobradi - Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional).

Linhas de pesquisa



A Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) desenvolve atividades de pesquisa, disseminação e assessoramento ao Governo Federal nas distintas áreas da política social: proteção social (assistência social, previdência social e saúde), geração de oportunidades (trabalho, educação, desenvolvimento rural e cultura) e transversalidade (igualdade racial e de gênero, juventude e idosos). Ademais, a diretoria mantém grupos e coordenações realizando trabalhos em desigualdade e pobreza, população e cidadania, finanças sociais, responsabilidade social, migração e segurança alimentar.

Cada uma dessas áreas atua em três frentes: a) diagnóstico da situação social; b) acompanhamento, monitoramento e avaliação das políticas sociais; c) assessoramento e interlocução com instituições governamentais.

O trabalho em cada uma destas frentes retroalimenta e potencializa as demais, produzindo conhecimento, análises e indicadores, que são publicados e disseminados em diversos formatos e eventos.

Destaca-se aqui o acompanhamento e monitoramento das políticas públicas sociais federais e os principais fatos relevantes em cada setor compilados no boletim Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise (BPS). A cada edição, pesquisadores de nove áreas temáticas da política social analisam os fatos relevantes do setor no período de referência e as políticas e programas desenvolvidos pelo governo federal.

O objetivo é construir um quadro completo e conjuntural das informações e análises sobre as principais áreas da política social, contemplando sua evolução institucional e a implementação das principais ações vis-à-vis as situações sociais a que se destinam. Sua periodicidade é anual e os capítulos que o compõem são: Previdência Social; Assistência Social; Saúde; Educação; Cultura; Trabalho e Renda; Desenvolvimento Rural; Igualdade Racial; e Igualdade de Gênero.

Linhas de pesquisa



Linhas de pesquisa



A Diretoria de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura (Diset) promove e realiza estudos e pesquisas em questões relacionadas à acumulação de conhecimento e sua incorporação ao sistema econômico-social e à diversificação e eficiência da estrutura produtiva nas áreas de ciência, tecnologia e inovação, produção, serviços, regulação e infraestrutura.

O portfólio de pesquisa da Diset em 2015 foi definido a partir de um processo estruturado e coletivo iniciado ainda em 2014. Tal processo contou com várias etapas e a participação de todos os técnicos da Diretoria, que puderam não apenas propor projetos como também participaram da avaliação de todas as iniciativas. Além da etapa de avaliação interna por pares, o processo contou ainda com a avaliação externa, por pareceristas seniores convidados pela direção, e a avaliação final da direção. Desse modo, a Diset organizou suas atividades em torno de cinco projetos principais, onde estão concentrados grande parte do esforço de pesquisa de sua equipe, quais sejam:

a. Impactos econômicos da tributação na estrutura produtiva brasileira, com objetivo de avaliar os impactos econômicos da dimensão e da complexidade tributária na estrutura produtiva brasileira;

b. Avaliação de 10 anos de políticas de apoio à inovação, buscando identificar os resultados alcançados, os entraves em termos de instrumentos financeiros, legais e os desafios futuros para a consolidação de um sistema de inovação nacional;

c. Políticas de inovação pelo lado da demanda, focado em reunir e discutir

iniciativas de políticas de inovação no Brasil que fazem uso de instrumentos que atuam pelo lado da demanda;

d. Mensuração do ambiente de negócios e impactos na economia brasileira, com dois objetivos: mapear iniciativas estatais para melhoria do ambiente de negócios, e o seu impacto no indicador do *Doing Business*; e mensurar custos que empresas incorrem em resposta a um ambiente de negócios muito burocrático;

e. Avaliação da política comercial brasileira, dedicado a investigar essa política sob o ponto de vista do desenvolvimento do setor produtivo.

Além do início desses projetos estruturantes, merecem destaque alguns marcos relacionados à continuidade de grandes projetos iniciados em exercícios anteriores. O projeto *Produtividade na Economia Brasileira*, contou com o evento internacional *Strengthening innovation for productivity growth in Brazil – Towards a renewed agenda of policies for innovation*, realizado em parceria com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico ou Econômico (OCDE) e o Banco Mundial.

Um dos produtos do mesmo projeto, o livro *Produtividade no Brasil: Desempenho e Determinantes*, teve o seu segundo volume lançado em setembro de 2015, em conjunto com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI). O primeiro volume do livro, lançado em 2014, por sua vez, foi indicado como um dos dez finalistas ao Prêmio Jabuti, o mais tradicional prêmio do livro no Brasil, na categoria “Economia, Administração, Negócios, Turismo, Hotelaria e Lazer”.

A Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest) promove e realiza estudos e pesquisas com foco (i) na estrutura, organização e funcionamento do Estado brasileiro e de seus aparatos institucionais; e (ii) nos modos de relação entre o Estado, a sociedade e o mercado nos processos de elaboração, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas para o desenvolvimento nacional.

Em 2015, as linhas de pesquisa da Diest estiveram alinhadas às prioridades definidas pela Presidência do Ipea em torno dos projetos *Radiografia do Brasil Contemporâneo* e *Agenda Estratégica para o Brasil*. No que tange ao projeto *Radiografia do Brasil Contemporâneo*, foram desenvolvidos estudos sobre o Executivo e o Legislativo na produção de legislação brasileira, efetividade da participação social, mapa das ONGs e acesso à justiça.

Quanto à *Agenda Estratégica para o Brasil*, a prioridade foi dada nos estudos e pesquisas sobre os condicionantes institucionais do desenvolvimento em infraestrutura; governança, gestão, controle e regulação; estudos de segurança pública, justiça e cidadania; financiamento e regulação da saúde.

Com foco em monitoramento e avaliação de políticas públicas, foram produzidos estudos sobre o sistema de planejamento federal e subnacionais; análises sobre o Plano Plurianual 2012-2015; capacidades estatais e estudos comparados sobre burocracias; propostas de monitoramento estratégico de políticas públicas;

estudos sobre coordenação política e sua relação com a coordenação de políticas públicas; padrões de cooperação na implementação de programas federais pelos municípios; cooperação federativa; avaliação de políticas industriais, de inovação e de infraestrutura; qualidade do gasto público descentralizado; justiça itinerante; efetividade da política de participação por meio das conferências nacionais; impacto da redução da idade de imputabilidade penal, comparativamente ao impacto da educação sobre a redução da criminalidade; e estudos sobre violência, com aspectos relativos a questões de gênero, raça e grau de reincidência penal.

Em relação a dados e sistemas de informação, em 2015 houve a construção e desenvolvimento de um sistema público de informações relativas à estrutura e o desempenho do sistema de justiça no Brasil (IPEAJUS); a elaboração do Mapa das ONGs; a construção de quatro bases de dados: (i) Execução Orçamentária dos Tribunais Brasileiros; (ii) Movimento judiciário na Justiça Estadual Brasileira, por jurisdição; (iii) Movimento Judiciário na Justiça do Trabalho, por jurisdição; e (iv) Movimento Judiciário na Justiça Federal, por jurisdição. Além disso, foi consolidada a base de dados do Banco Nacional de Autos Findos de Ações Trabalhistas, que permitirá gerar análises a respeito dos processos trabalhistas.

Linhas de pesquisa



A Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) cumpre seu papel institucional desenvolvendo pesquisas aplicadas essenciais ao desenvolvimento brasileiro em suas diversas escalas espaciais, perspectivas político-institucionais e dimensões de sustentabilidade, por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado.

Com foco no monitoramento e na avaliação de políticas públicas, destacam-se os projetos *Monitoramento e Avaliação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)*; *Avaliação Regional do Estado da Conservação da Biodiversidade Brasileira*; *Avaliação de Políticas Públicas de Meio Ambiente no Brasil*; *Análise dos Custos e Limitações da Recuperação de Passivos do Código Florestal*; *Mapeamento da Vulnerabilidade Social nas Regiões Metropolitanas Brasileiras*; e o *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*.

Entre os projetos que desenvolveram uma abordagem prospectiva, salientam-se as pesquisas *Análise da Dinâmica Industrial em Termos Regionais*; e *Modelos de Uso do Solo e os Impactos da Infraestrutura de Transportes*. Este último projeto de pesquisa - que usa modelos de simulação computacional e de equilíbrio parcial para uso do solo - visa contribuir com avaliação prospectiva de impactos de políticas públicas em geral, com ênfase maior em políticas de melhorias na rede de transportes do país e nos impactos sobre uso do solo e meio ambiente.

Em relação ao desenvolvimento e disseminação de base de dados, em 2015, a Dirur discutiu e propôs linhas de pesquisa e buscou integrar todos os seus projetos em uma proposta de plataforma web intitulada *Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas*. Este esforço foi iniciado no segundo semestre de 2015 com o intuito de organizar todas as informações, dados e estudos da diretoria por meio de sistemas de informação apropriados. Nesse sentido, busca-se integrar à referida plataforma dois projetos consolidados na Diretoria que já tem suas respectivas plataformas web. Tais projetos são intitulados: (i) o *Atlas do Desenvolvimento Humano (ADH) no Brasil*; e (ii) o *Mapeamento da Vulnerabilidade Social*, que é construído a partir de indicadores do Atlas do Desenvolvimento Humano (ADH) no Brasil, dando origem a uma nova cesta de indicadores (Índice de Vulnerabilidade Social - IVS) para o aprofundamento das análises sociais e destaque das diferentes situações indicativas de exclusão e vulnerabilidade social no território brasileiro.

Outras plataformas em processo de discussão em 2015 visam disponibilizar em meio online informações, dados e estudos sobre a rede urbana, finanças públicas, Índice da Conservação da Biodiversidade (ICB) e Fontes de Financiamento em Perspectiva Regional.

Linhas de pesquisa



Produção e
Dissiminação
Conhecimento

50

52 Publicações

68 Dados e Ferramentas

70 Eventos

72 Panorama

74 Ipea online

76 Mestrado Profissional

TEXTOS PARA DISCUSSÃO



Artigo contendo análise e/ou proposição, de caráter preliminar ou final, sobre tema relacionado a políticas públicas, com vistas a subsidiar o debate sobre o tema

Estado, Instituições e Democracia

- *Parceria com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)*
 - *La Administración Deliberativa: de la eficacia y la eficiencia a la inteligencia, y de la burocracia a la innovación*
 - Vinculación Plan Presupuesto en América Latina
- *A Administração Pública Deliberativa: inteligência coletiva e inovação institucional a serviço do público*
- *A complexity approach for public policies*
- *A Gramática da Moradia no Complexo do Alemão: história, documentos e narrativas*
- *A PNDR e o Planejamento Regional Brasileiro no Início do Século XXI*
- *Aspectos da atuação estatal de FHC à Dilma*
- *Avaliação do Desenho Institucional, dos Recursos e das Capacidades para Concretização do Planejamento de Longo Prazo no Brasil*
- *Avaliando a Efetividade da Lei Maria da Penha*
- *Capacidade Burocrática no Brasil e na Argentina: quando a política faz a diferença*
- *Capacidades Estatais Comparadas: China e a Reforma do Sistema Nacional de Inovações*
- *Capacidades Estatais para a Implementação de Programas de Transferência de Renda: os casos de Brasil, Argentina e África do Sul*
- *Capacidades Estatais, Trabalho e Seguridade Social: África do Sul, Argentina e Brasil em perspectiva comparada*
- *Casos Reais de Implantação do Modelo de Gestão do Conhecimento para a Administração Pública Brasileira: a experiência do governo de Minas Gerais*
- *Casos Reais de Implantação do Modelo de Gestão do Conhecimento para a Administração Pública Brasileira: o caso da Fundação Oswaldo Cruz*
- *Colônias de Povoamento versus Colônias de Exploração: de Heeren a Acemoglu*
- *Crime Organizado: uma concepção introdutória*

- *Desproporcionalidade da Representação na Câmara dos Deputados: análise dos efeitos sobre o sistema partidário no Brasil*
- *Estado, Atores Predominantes e Coalizões para o Desenvolvimento: Brasil e Argentina em perspectiva comparada*
- *Fundo Brasil Paz no Futuro: financiando a eficiência da segurança pública*
- *Gestão do Conhecimento na Administração Pública: resultados da pesquisa Ipea 2014 - grau de externalização e formalização*
- *Gestão do Conhecimento na Administração Pública: resultados da Pesquisa Ipea 2014 - práticas de gestão do conhecimento*
- *Governança Presidencial, Políticas Públicas e Desenvolvimento*
- *Instituições Políticas, Capacidades Estatais e Cooperação Internacional: África do Sul, Brasil e China*
- *Monitoramento Estratégico de Políticas Públicas: requisitos tecnopolíticos, proposta metodológica e implicações práticas para a alta administração pública brasileira*
- *O Conselho de Desenvolvimento Econômico Nacional e Trabalho (NEDLAC) da África do Sul, o Conselho Nacional de Assessoramento (NAC) da Índia e o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) do Brasil: novas capacidades estatais para o desenvolvimento na semiperiferia?*
- *O Legado da Primeira Conferência Nacional de Segurança Pública e as Concepções de Representação Política no Conselho Nacional de Segurança Pública*
- *O Necessário, o Possível e o Impossível: uma leitura do papel das políticas públicas diante dos limites à coordenação de grandes investimentos na periferia metropolitana fluminense*
- *O papel da Presidência na Gestão da Coordenação Política Governamental: arranjos e dinâmicas de poder com a coalizão (1995-2010)*
- *O Sigilo em Bases de Dados sob a Tutela da Administração Pública: o caso Ipea*
- *Ouvidorias Públicas Federais: análise dos elementos que contribuem para a promoção da gestão social*
- *Percepções sobre a Regulamentação do Lobby no Brasil: convergências e divergências*
- *Políticas de Infraestrutura Energética e Capacidades Estatais nos BRICs*
- *Propostas de Regulamentação do Lobby no Brasil: uma análise comparada*
- *Subsídios para Repensar o Sistema Federal de Planejamento*

Internacional

- *A Ascensão Naval Chinesa e as Disputas Territoriais Marítimas no Leste Asiático*
- *A Dinâmica e o Funcionamento da Cadeia Global de Valor da Indústria Automobilística na Economia Mundial*
- *A Evolução do Valor Adicionado Doméstico nas Principais Regiões do Mundo*
- *A Industrialização do Brasil Ante a Nova Divisão Internacional do Trabalho*
- *A Inserção da Coreia do Sul na Cadeia Global Automobilística: foco sobre as políticas públicas*
- *A Participação dos Serviços nas Cadeias Globais de Valor Seleccionadas*
- *Cadeia Global de Valor de Couro e Calçados: padrões de inserção do Brasil, México e Taiwan*
- *Carga Aérea e Competitividade da Indústria Brasileira*
- *Dimensões da Abordagem da Cadeia Global de Valor: upgrading, governança, políticas governamentais e propriedade intelectual*
- *Fragmentação da Produção e Cadeias Globais de Valor*
- *Infraestrutura Física e Integração Regional na América do Sul: uma avaliação da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul*

Macroeconomia

- *A Dívida Pública: o limiar de mudanças?*
- *A Estrutura Patrimonial do Sistema Bancário no Brasil no Período Recente (I-2007/I-2014)*
- *A Evolução do Crédito no Brasil entre 2003 e 2010*
- *Ajuste Fiscal no Brasil: os limites do possível*
- *Aplicação do Modelo Fatorial Dinâmico para Previsão da Receita Tributária no Brasil*
- *Avaliação do Comportamento Fiscal dos Governos Estaduais Brasileiros no Período Posterior à Lei de Responsabilidade Fiscal (2002-2012)*
- *Choques Macroeconômicos e a Probabilidade de Permanecer Empregado ou Desempregado*
- *Compatibilização de Mudanças em Classificações Desagregadas do IPCA (1999-2014)*
- *Condicionantes e Previsibilidade da Taxa de Poupança das Famílias Brasileiras: evidência microeconômica com as pesquisas de orçamentos familiares do IBGE*
- *Crescimento da Economia e Mercado de Trabalho no Brasil*
- *Desenvolvimentismo: a construção do conceito*
- *Desonerações em Alta com Rigidez da Carga Tributária: o que explica o paradoxo do decênio 2005-2014?*
- *Determinantes da Taxa de Poupança das Famílias Brasileiras: evidência microeconômica com as POFs 2002-2003 e 2009-2009*
- *Evolução dos Investimentos nas Três Frentes de Expansão da Economia Brasileira na Década de 2000*

- *Inserção em Cadeias Globais de Valor e Políticas Públicas: o caso do Brasil*
- *Medidas Não Tarifárias como Instrumento de Política Comercial: o conceito, sua importância e as evidências recentes de seu uso no Brasil*
- *O Estouro de Bolhas Especulativas Recentes: os casos dos Estados Unidos e do Japão*
- *O Fortalecimento do Sistema Financeiro Doméstico e o Fluxo de Capital para Economias Emergentes*
- *O Impacto da Reconfiguração Internacional do Mercado Calçadista Sobre o Segmento Brasileiro de Couro e Calçados*
- *O Sistema Financeiro Globalizado Contemporâneo: estrutura e perspectivas*
- *Parceria Transpacífico: um acordo megarregional na fronteira da regulação do comércio internacional?*
- *Relações do Brasil com a América do Sul após a Guerra Fria: política externa, integração, segurança e energia*
- *Trajetória do Mercosul e Mudança de Paradigmas e de Posições da Política Externa Brasileira: começo virtuoso e crise recente - possíveis interpretações*

- *Financiamento Interno de Longo Prazo*
- *Flexibilização Fiscal: novas evidências e desafios*
- *Indicadores de Consumo Aparente de Bens Industriais: metodologia e resultados*
- *Método RAWs/RAW para Estimação Anual da Matriz de Insumo-Produto na Referência 2000 das Contas Nacionais*
- *O Financiamento da Agropecuária Brasileira no Período Recente*
- *Os Fundos de Investimento no Brasil de 2008 a 2013: institucionalidade e interfaces com a política econômica*
- *Política Monetária e Câmbio: efeitos sobre preços desagregados em um modelo Favar para o Brasil*
- *Por que a Elasticidade-Câmbio das Importações é Baixa no Brasil? Evidências a partir das desagregações das importações por categorias de uso*
- *Preços Relativos e Política Monetária no Brasil: uma discussão a partir do Índice de Contribuição para o Desvio da Meta de Inflação (ICMI) e da desagregação do IPCA por natureza dos produtos*
- *Produtividade do Trabalho nos Setores Formal e Informal no Brasil: uma avaliação do período recente*
- *Regime Macroeconômico e o Projeto Social-Desenvolvimentista*
- *Um Mapa Setorial do Emprego e dos Salários a partir dos Dados da RAIS*

TEXTOS PARA DISCUSSÃO



Regional, Urbano, Ambiental e Federativo

- [A Governança Metropolitana da Mobilidade: uma análise a partir dos estados](#)
- [Avaliação dos Efeitos Econômicos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste: uma análise por tipologia da Política Nacional de Desenvolvimento Regional entre 1999 e 2011](#)
- [Ciclo e Crise: limites à capacidade de um crescimento econômico sustentado na periferia metropolitana do Rio de Janeiro diante do ciclo recente de grandes investimentos](#)
- [Dependência do Automóvel, Planejamento Urbano e a Cidade de Brasília](#)
- [Efeito Dose Resposta do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste \(FCO\) no Estado de Goiás](#)
- [Fatos Recentes do Desenvolvimento Regional no Brasil](#)
- [Impacto do Desmatamento sobre a Incidência de Doenças na Amazônia](#)
- [Impactos Ambientais e Econômicos dos Veículos Elétricos e Híbridos Plug-in: uma revisão da literatura](#)
- [Mensurando o Emprego no Setor Turismo no Brasil: do nível nacional ao regional e local](#)
- [Mercado Imobiliário e Política Urbana no Distrito Federal: um índice de preços de imóveis para o Distrito Federal](#)
- [Mobilidade Urbana: o Brasil em transformação. O papel do Ipea na construção do pacto da mobilidade](#)
- [O Deficit Habitacional Intrametropolitano e a Localização de Empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida: mensurando possibilidades de atendimento](#)
- [Operacionalização da Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade 2009-2013: muito espaço para crescer](#)

- [Padrões Regionais da Despesa Pública Municipal no Brasil](#)
- [Para Além do Minha Casa Minha Vida: uma política de habitação de interesse social?](#)
- [Planos de Mobilidade Urbana: instrumento efetivo da política pública de mobilidade?](#)
- [Políticas de Melhoria das Condições de Acessibilidade do Transporte Urbano no Brasil](#)
- [Programa Nacional de Crédito Fundiário \(PNCF\): uma avaliação de seus impactos regionais](#)
- [Rio de Janeiro além de 2016: um projeto para a nova geração de infraestrutura em transportes](#)
- [Serviço de Moradia Social ou Locação Social: alternativas à política habitacional](#)
- [Transportes e Metrô: aspectos da integração em regiões metropolitanas](#)
- [Uma Análise da Ótica do Usuário de Rodovias para Avaliação Multicritério de Projetos Rodoviários](#)

Setorial, Inovação, Regulação e Infraestrutura

- [Ambiente de Negócios, Investimentos e Produtividade](#)
- [Análise do Potencial de Crescimento das Exportações Agropecuárias Brasileiras nos Mercados dos Estados Unidos e da Índia](#)
- [Aspectos Tecnológicos da Evolução Produtiva do Complexo Químico Brasileiro 1985-2009](#)
- [Caracterização do Fluxo de Cargas e Indicadores de Concorrência entre os Portos Brasileiros](#)
- [Crescimento da Produtividade Agrícola nas Microrregiões Brasileiras](#)
- [Criação, Destruição e Rotatividade do Emprego Formal no Setor Privado Brasileiro \(1997-2012\)](#)
- [Custos do Trabalho: uma análise da indústria brasileira no período 1996-2012](#)
- [Determinantes de Evolução da Produtividade do Trabalho no Brasil \(1990-2009\)](#)
- [Determinantes Regionais da Produtividade Industrial: o papel da infraestrutura](#)
- [Escassez de Força de Trabalho: uma revisão da literatura internacional e interpretação dos resultados empíricos referentes ao Brasil](#)
- [Evolução Recente do Mercado de Debêntures no](#)

- [Brasil: as debêntures incentivadas](#)
- [Farms versus firms in economic development: The assumptions and consequences of learning dynamics in agriculture and manufacturing](#)
- [Financiamento Público da Pesquisa em Energias Renováveis no Brasil: a contribuição dos fundos setoriais de inovação tecnológica](#)
- [Grandes Grupos no Brasil: estratégias e desempenho nos anos 2000](#)
- [Identificação de Mercados Geográficos e Construção de Indicadores de Concorrência no Setor Portuário Brasileiro](#)
- [Identificação dos Principais Compradores de Produtos Agropecuários Brasileiros](#)
- [Intervenção Regulatória nos Setores de Telecomunicações e Elétrico em 2012: um estudo de eventos com modelo de precificação multifatorial](#)
- [Medidas Regulatórias, Volatilidade e Contágio: um estudo dos casos da energia elétrica e das telecomunicações no Brasil](#)
- [Modelagem Evolucionária da Dinâmica Industrial \(Parte 1\): concorrência, regimes tecnológicos e difusão de conhecimento](#)
- [Modelagem Evolucionária da Dinâmica Industrial \(Parte 2\): trajetórias tecnológicas, capacidade de absorção e aprendizado](#)
- [Modelando o Processo de Seleção de Portos para Movimentação de Cargas no Comércio Exterior Brasileiro](#)
- [O Agronegócio e os Desafios do Financiamento da Infraestrutura de Transportes no Brasil](#)
- [O Efeito na Evolução da Produtividade do Trabalho da Indústria Brasileira Devido a Mudanças Tecnológicas nas suas Cadeias Produtivas \(1990-2009\)](#)
- [Política Industrial na China, Índia e Brasil: legados, dilemas de coordenação e perspectivas](#)
- [Política Industrial para os Setores Farmacêutico, Automotivo e Têxtil na China, Índia e Brasil](#)
- [Políticas de Inovação e Capacidades Estatais Comparadas: Brasil, China e Argentina](#)
- [University-enterprise interaction in Brazil: the role of the public research infrastructure](#)

Social

- [A Agricultura Familiar e suas Múltiplas Interações com o Território: uma análise de suas características multifuncionais e pluriativas](#)
- [A Composição da Desigualdade no Brasil: conciliando o Censo 2010 e os dados do imposto de renda](#)
- [A Prática de Atividades Artísticas Pode Melhorar a Situação dos Jovens no Mercado de Trabalho? Evidências de um experimento aleatório no Rio de Janeiro](#)
- [A Redução da Desigualdade e seus Desafios](#)
- [Agrupando Unidades de Sistemas de Serviços Públicos](#)
- [Avaliação da Eficiência dos Centros de Referência de Assistência Social no Brasil](#)
- [Bem-Estar Social nos Anos 1990 e 2000: traços estilizados da história brasileira](#)
- [Breve Histórico das Mudanças na Regulação do Trabalho no Brasil](#)
- [Educação e o Rendimento dos Ricos no Brasil](#)
- [Educação Escolar Quilombola no Censo da Educação Básica](#)
- [Financiamento Cultural: uma visão de princípios](#)
- [Insumos para a Regulamentação do Funget: informações sobre execuções na Justiça do Trabalho](#)
- [O Desafio da Reintegração Social do Preso: uma pesquisa em estabelecimentos prisionais](#)
- [O Estudo 2010 de Carga Global da Doença: crítica da formação da ponderação dos indicadores](#)
- [Os Reflexos das Medidas Provisórias 664 e 665 sobre a as Pensões, o Abono Salarial e o Seguro-Desemprego em suas Modalidades Defeso e Formal](#)
- [Perspectivas da Complexidade para a Educação no Brasil](#)
- [Política Social Brasileira: conquistas e desafios](#)
- [Social Institutions and Economic Inequality Modeling the onset of the Kuznets Curve](#)
- [Terceirização no Brasil: avaliação do marco legal e esclarecimentos sobre o Projeto de Lei nº 4.330/04](#)
- [Uma Análise dos Rendimentos do Trabalho entre Indivíduos com Ensino Superior no Brasil](#)

RELATÓRIO DE PESQUISA



Relatório de trabalho de pesquisa coordenado ou realizado pelo Ipea, com o objetivo de registrar detalhadamente o trabalho executado e divulgar informações e conclusões

Estado, Instituições e Democracia

- *Parceria com a Controladoria Geral da União (CGU)*
- [Projeto "Coleta OGU 2013"](#)
- *Parceria com a Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça (SAL/MJ)*
- [Série Pensando o Direito v. 51](#)
- [Série Pensando o Direito v. 52](#)
- [Série Pensando o Direito v. 53](#)
- [Série Pensando o Direito v. 54](#)
- [Série Pensando o Direito v. 55](#)
- [Série Pensando o Direito v. 56](#)
- [Série Pensando o Direito v. 57](#)
- [Série Pensando o Direito v. 58](#)
- [Série Pensando o Direito v. 59](#)
- *Parceria com a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República (SRI/PR)*
- [Temas Relevantes da Agenda Federativa Nov. 2014](#)
- [Temas Relevantes da Agenda Federativa Dez. 2014](#)
- [Temas Relevantes da Agenda Federativa Mar. 2015](#)

- *Parceria com o Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça (Depen/MJ)*
- [A Aplicação de Penas e Medidas Alternativas](#)
- *Parceria com o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP)*
- [Dimensionamento do Estoque Processual em 2ª Instância do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo: estudo da evolução no período de 2009 a 2013 e estimativa para os próximos 10 anos](#)
- *Parceria com o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) e a Secretaria de Reforma do Judiciário (SRJ/MJ)*
- [Desburocratização dos Cartórios Judiciais: análise dos Juizados Especiais do Tribunal de Justiça de São Paulo](#)
- [Democratização do Acesso à Justiça e Efetivação de Direitos: justiça itinerante no Brasil](#)
- [Reincidência Criminal no Brasil](#)

Regional, Urbano e Ambiental

- *Parceria com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes)*
- [Rede Urbana e Integração Produtiva no Brasil e na América do Sul](#)

Publicações

- *Parceria com a Polícia Rodoviária Federal (PRF)*
- [Acidentes de Trânsito nas Rodovias Federais Brasileiras: caracterização, tendências e custos para a sociedade](#)
- [Estimativa dos Custos dos Acidentes de Trânsito no Brasil com Base na Atualização Simplificada das Pesquisas Anteriores do Ipea](#)
- [Cadeias de Comercialização de Produtos Florestais Não Madeireiros na Região Sul do Amapá](#)
- [Caracterização e Quadros de Análise Comparativa da Governança Metropolitana no Brasil: análise comparativa das funções públicas de interesse comum Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal e Entorno \(RIDE/DF\)](#)
- [Caracterização e Quadros de Análise Comparativa da Governança Metropolitana no Brasil: análise comparativa das funções públicas de interesse comum Região Metropolitana da Grande São Luis](#)
- [Caracterização e Quadros de Análise Comparativa da Governança Metropolitana no Brasil: análise comparativa das funções públicas de interesse comum Região Metropolitana da Grande Vitória](#)
- [Caracterização e Quadros de Análise Comparativa da Governança Metropolitana no Brasil: análise comparativa das funções públicas de interesse comum Região Metropolitana de Belo Horizonte](#)
- [Caracterização e Quadros de Análise Comparativa da Governança Metropolitana no Brasil: análise comparativa das funções públicas de interesse comum Região Metropolitana de Curitiba](#)
- [Caracterização e Quadros de Análise Comparativa da Governança Metropolitana no Brasil: análise comparativa das funções públicas de interesse comum Região Metropolitana de Fortaleza](#)
- [Caracterização e Quadros de Análise Comparativa da Governança Metropolitana no Brasil: análise comparativa das funções públicas de interesse comum Região Metropolitana de Goiânia](#)
- [Caracterização e Quadros de Análise Comparativa da Governança Metropolitana no Brasil: análise comparativa das funções públicas de interesse comum Região Metropolitana de Porto Alegre](#)
- [Caracterização e Quadros de Análise Comparativa da Governança Metropolitana no Brasil: análise comparativa das funções públicas de interesse comum Região Metropolitana de Recife](#)
- [Caracterização e Quadros de Análise Comparativa da Governança Metropolitana no Brasil: análise comparativa das funções públicas de interesse comum Região Metropolitana de Salvador](#)

RELATÓRIO DE PESQUISA



Regional, Urbano e Ambiental

- [Caracterização e Quadros de Análise Comparativa da Governança Metropolitana no Brasil: análise comparativa das funções públicas de interesse comum Região Metropolitana de São Paulo](#)
- [Caracterização e Quadros de Análise Comparativa da Governança Metropolitana no Brasil: análise comparativa das funções públicas de interesse comum Região Metropolitana do Rio de Janeiro](#)
- [Caracterização e Quadros de Análise Comparativa da Governança Metropolitana no Brasil: Análise Comparativa das Funções Públicas de Interesse Comum Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá](#)
- [Caracterização e Quadros de Análise Comparativa da Governança Metropolitana no Brasil: arranjos institucionais de gestão metropolitana Região Metropolitana de Belém](#)
- [Caracterização e Quadros de Análise Comparativa da Governança Metropolitana no Brasil: arranjos institucionais de gestão metropolitana Região Metropolitana de Belo Horizonte](#)
- [Caracterização e Quadros de Análise Comparativa da Governança Metropolitana no Brasil: arranjos institucionais de gestão metropolitana Região Metropolitana de Curitiba](#)
- [Caracterização e Quadros de Análise Comparativa da Governança Metropolitana no Brasil: arranjos institucionais de gestão metropolitana Região Metropolitana de Fortaleza](#)
- [Caracterização e Quadros de Análise Comparativa da Governança Metropolitana no Brasil: arranjos institucionais de gestão metropolitana - Região Metropolitana de Goiânia](#)
- [Caracterização e Quadros de Análise Comparativa da Governança Metropolitana no Brasil: arranjos institucionais de gestão metropolitana Região Metropolitana de Porto Alegre](#)
- [Caracterização e Quadros de Análise Comparativa da Governança Metropolitana no Brasil: arranjos institucionais de gestão metropolitana Região Metropolitana de Recife](#)
- [Caracterização e Quadros de Análise Comparativa da Governança Metropolitana no Brasil: arranjos institucionais de gestão metropolitana Região Metropolitana de Rio de Janeiro](#)
- [Caracterização e Quadros de Análise Comparativa da Governança Metropolitana no Brasil: arranjos institucionais de gestão metropolitana Região Metropolitana de Salvador](#)
- [Caracterização e Quadros de Análise Comparativa da Governança Metropolitana no Brasil: arranjos institucionais de gestão metropolitana Região Metropolitana de São Paulo](#)
- [Caracterização e Quadros de Análise Comparativa da Governança Metropolitana no Brasil: arranjos institucionais de gestão metropolitana Região Metropolitana de Vitória](#)
- [Caracterização e Quadros de Análise Comparativa da Governança Metropolitana no Brasil: arranjos institucionais de gestão metropolitana Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá](#)
- [Contribuições ao Entendimento e Representação da Rede Urbana do Brasil](#)
- [Desenvolvimento de Metodologia de Avaliação Pós-Ocupação em Unidades Habitacionais \(UHs\) na Cidade de Uberlândia, Pertencentes à Primeira Fase do MCMV, Enfocando Aspectos Funcionais, Comportamentais e Ambientais](#)
- [Diagnóstico da Produção de Mudanças Florestais Nativas no Brasil](#)

Social

- [Parceria com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão \(MP\) - Observatório da Função Socioambiental do Patrimônio da União na Amazônia - Relatório Final de Avaliação da Política](#)
- [Observatório da Função Socioambiental do Patrimônio da União na Amazônia - Relatório Territorial da Região do Médio Xingu](#)
- [Observatório da Função Socioambiental do Patrimônio da União na Amazônia - Relatório Territorial de Belém e de Abaetetuba](#)
- [Observatório da Função Socioambiental do Patrimônio da União na Amazônia - Relatório Territorial do Marajó](#)
- [Parceria com o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária \(Pronera\), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária \(Incra\) e a Universidade Estadual Paulista \(Unesp\) - II PNERA - Relatório da II Pesquisa Nacional sobre a Educação na Reforma Agrária](#)
- [Boas Práticas de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos e de Logística Reversa com a Inclusão de Catadoras e de Catadores de Materiais Recicláveis](#)

60 Produção e Disseminação do Conhecimento

Publicações

BOLETIM DE POLÍTICAS SOCIAIS

Artigos com informações e análises sobre a conjuntura e a implementação das políticas sociais federais nas áreas de previdência social, assistência social, saúde, trabalho e renda, educação, cultura, desenvolvimento rural, igualdade racial e igualdade de gênero.

- [Políticas Sociais: acompanhamento e análise \(BPS\) n° 23](#)

BOLETIM MERCADO DE TRABALHO

Artigos sobre a evolução do mercado de trabalho metropolitano, as relações estruturais do mercado de trabalho brasileiro e a evolução das políticas de economia solidária.

- [Mercado de Trabalho: conjuntura e análise \(BMT\) n° 58](#)
Parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)
- [Mercado de Trabalho: conjuntura e análise \(BMT\) n° 59](#)
Parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

BOLETIM REGIONAL, URBANO E AMBIENTAL

Artigos contendo análises nas áreas de estudos regionais, intraurbanos, redes de cidades, meio ambiente e federalismo.

- [Boletim Regional, Urbano e Ambiental \(BRU\) n° 11](#)
- [Boletín Regional, Urbano y Ambiental \(BRU\) n° 11](#)

BOLETIM DE ECONOMIA E POLÍTICA INTERNACIONAL

Artigos sobre temas relevantes à inserção do Brasil no cenário internacional, com ênfase em estudos aplicados no campo da economia internacional e das relações internacionais.

- [Boletim de Economia e Política Internacional \(BEPI\) n° 18](#)
- [Boletim de Economia e Política Internacional \(BEPI\) n° 19](#)
- [Boletim de Economia e Política Internacional \(BEPI\) n° 20](#)

BOLETIM DE ANÁLISE POLÍTICO-INSTITUCIONAL

Artigos sobre temas de relevância na vida política brasileira, com foco na agenda do poder Executivo federal e em suas interfaces com o Congresso Nacional, as instâncias superiores do Judiciário e, de forma mais ampla, os movimentos da sociedade.

- [Boletim de Análise Político-Institucional n° 7](#)

CARTA DE CONJUNTURA

Síntese conjuntural nas áreas de atividade econômica, mercado de trabalho, inflação, setor externo, moeda e crédito, finanças públicas e economia mundial.

- [Carta de Conjuntura n° 26](#)
- [Carta de Conjuntura n° 27](#)
- [Carta de Conjuntura n° 28](#)

RADAR: TECNOLOGIA, PRODUÇÃO E COMÉRCIO EXTERIOR

Artigos sobre questões setoriais, de produção, tecnologia e comércio exterior, com ênfase nas atividades produtivas e nas políticas públicas voltadas à dinamização dessas atividades.

- [Radar: tecnologia, produção e comércio exterior n° 37](#)
- [Radar: tecnologia, produção e comércio exterior n° 38](#)
- [Radar: tecnologia, produção e comércio exterior n° 39](#)
- [Radar: tecnologia, produção e comércio exterior n° 40](#)
- [Radar: tecnologia, produção e comércio exterior n° 41](#)
- [Radar: tecnologia, produção e comércio exterior n° 42](#)

NOTAS TÉCNICAS

Esclarecimento/posicionamento técnico em atendimento a demanda sobre temas relevantes ou questões metodológicas relativas às políticas públicas.

- [A Institucionalização das Políticas Públicas de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres no Brasil](#)
- [A Trajetória Recente do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar \(PAA\): uma análise das mudanças normativas e institucionais que deram nova inflexão ao programa](#)
- [Aspectos Produtivos da Indústria Brasileira no Primeiro Trimestre de 2015](#)
- [Comportamento Produtivo da Indústria Brasileira em 2014](#)
- [Comportamento Produtivo da Indústria Brasileira no Primeiro Semestre de 2015](#)
- [Comportamento Produtivo da Indústria Brasileira no Terceiro Trimestre de 2015](#)
- [Evolução e Perfil dos Nomeados para Cargos DAS na Administração Pública Federal \(1999-2014\)](#)
- [O Adolescente em Conflito com a Lei e o Debate sobre a Redução da Maioridade Penal: esclarecimentos necessários](#)
- [O Uso do Imposto de Transmissão de Bens Intervivos para o Monitoramento do Mercado Imobiliário: uma metodologia para construção do observatório imobiliário no Distrito Federal](#)
- [Organização de Conferências Nacionais: desafios e novas possibilidades de diálogo](#)
- [PNAD 2014: breves análises](#)
- [Redução da Idade de Imputabilidade Penal, Educação e Criminalidade](#)

62 Produção e Disseminação do Conhecimento

Publicações



REVISTA PPE

Artigos de análises teóricas e empíricas sobre uma ampla gama de temas relacionados à economia brasileira.

- [Pesquisa e Planejamento Econômico \(PPE\) vol. 45 n° 2](#)
Parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)
- [Pesquisa e Planejamento Econômico \(PPE\) vol. 45 n° 3](#)
Parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)



REVISTA PPP

Artigos sobre pesquisas, avaliações e proposições na área de planejamento e políticas públicas.

- [Planejamento e Políticas Públicas \(PPP\) n° 44](#)
- [Planejamento e Políticas Públicas \(PPP\) n° 45](#)



REVISTA TEMPO DO MUNDO

Artigos sobre temas contemporâneos em economia e política internacionais, com abordagens plurais sobre as dimensões essenciais do desenvolvimento, tais como questões econômicas, sociais e relativas à sustentabilidade.

- [Tempo do Mundo \(RTM\) vol. 1 n° 1](#)
- [Tempo do Mundo \(RTM\) vol. 1 n° 2](#)

REVISTA DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO

Reportagens, notas e outros textos de caráter jornalístico sobre áreas ligadas ao desenvolvimento do país.



[Desafios do Desenvolvimento n° 81](#)



[Desafios do Desenvolvimento n° 82](#)



[Desafios do Desenvolvimento n° 83](#)



[Desafios do Desenvolvimento n° 84](#)

LIVROS



Geral

- *Parceria com o Instituto Nacional de Altos Estudos (INAE)*
- O Brasil que Queremos
- *Brasil em Desenvolvimento: estado, planejamento e políticas públicas*
- *Modelagem de Sistemas Complexos para Políticas Públicas*
- *Modeling Complex Systems for Public Policies*

Macroeconomia

- *Dinâmica Macrossetorial Brasileira*
- *Economia Brasileira no Período 1987-2013: relatos e interpretações da análise de conjuntura no Ipea*
- *Estudos da Coordenação de Economia Financeira 2008-2014*
- *Inserção Externa, Crescimento e Padrões de Consumo na Economia Brasileira*
- *O Regime de Câmbio Flutuante no Brasil 1999-2012: especificidades e dilemas*

Estado, Instituições e Democracia

- *Amazônia e Atlântico Sul: desafios e perspectivas para a defesa no Brasil*
- *Carças de Confiança no Presidencialismo de Coalizão Brasileiro*
- *Marcos Regulatórios no Brasil - aperfeiçoando a qualidade regulatória*
- *Meqatendências Mundiais 2030: o que entidades e personalidades internacionais pensam sobre o futuro do mundo?*
- *Planejamento Brasil Século XXI: inovação institucional e refundação administrativa - elementos para o pensar e o agir*
- *Planejamento e Avaliação de Políticas Públicas*
- *PPA 2012-2015: a experiência subnacional de planejamento no Brasil*
- *PPA 2012-2015: experimentalismo institucional e resistência burocrática*
- *Violência e Segurança Pública em 2023: cenários exploratórios e planejamento prospectivo*

Setorial, Inovação, Regulação e Infraestrutura

- *Parceria com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e a Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec)*
- Produtividade no Brasil: desempenho e determinantes - Vol. 2 - Determinantes
- *Parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT)*
- Investimento em Infraestrutura no Brasil

Regional, Urbano e Ambiental

- *Parceria com a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade)*
- Atlas da Vulnerabilidade Social nas Regiões Metropolitanas Brasileiras
- Atlas da Vulnerabilidade Social nos Municípios Brasileiros
- *Parceria com o Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB) e a Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento (SEGPLAN) do Estado de Goiás*
- Capacidades Governativas no Ambiente Federativo Nacional: Goiás (2000-2012)
- *Parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Fundação João Pinheiro (FJP)*
- Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras
- Prêmio Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil: coletânea de artigos
- *Capacidades Governativas no Ambiente Federativo Nacional: Pernambuco (2000-2012)*
- *O Direito à Água como Política Pública na América Latina: uma exploração teórica e empírica*

Internacional

- *Parceria com as Instituições Acadêmicas do BRICS*
- Towards a Long-term Strategy for BRICS: a proposal by the BRICS Think Tanks Council
- *China em Transformação: dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento*

Social

- *Parceria com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)*
- Por um Desenvolvimento Inclusivo: o caso do Brasil
- *Parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT)*
- A Informalidade do Trabalho da Juventude no Brasil: o que pensam os/as integrantes do subcomitê da agenda nacional de trabalho decente para juventude
- Conciliação dos Estudos, Trabalho e Vida Familiar na Juventude Brasileira
- Diálogo Social e Trabalho Decente para a Juventude no Brasil
- Inserção dos Jovens no Mercado de Trabalho Brasileiro: evolução e desigualdades no período 2006-2013
- Juventude e Trabalho Informal no Brasil
- Mais e Melhor Educação: educação dos jovens brasileiros no período 2006-2013
- Transições da Escola para o Trabalho dos Jovens Homens e Mulheres no Brasil
- *Parceria com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes), a Fundação de Economia e Estatística (FEE) e a Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan)*
- Migrações Internas nos Décênios 1990 e 2000 em Unidades da Federação Selecionadas: mudanças e continuidades

ARTIGOS EM PERIÓDICOS EXTERNOS

ANÁLISE ECONÔMICA

- Inflação, desemprego e choques cambiais: estimativas VAR para a economia brasileira (no prelo)

BRAZILIAN REVIEW OF ECONOMETRICS

- [Fiscal Policy Multipliers in a DSGE Model for Brazil](#)
- [Price Discovery in Brazilian FX Markets](#)
- [The High-Frequency Impact of Macroeconomic Announcements on the Brazilian Futures Markets](#)

CADERNOS DE ESTUDOS DESENVOLVIMENTO SOCIAL EM DEBATE

- [A Inclusão Produtiva Rural no Brasil Sem Miséria: o desafio da superação da pobreza no campo](#)
- [A Política Antitabagismo e a Variação dos Gastos das Famílias Brasileiras com Cigarro: resultados das Pesquisas de Orçamentos Familiares, 2002/2003 e 2008/2009](#)
- [Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher: estudo de casos e controles com vítimas atendidas em serviços de urgência e emergência](#)

CIÊNCIA & SAÚDE COLETIVA

- [Gastos com Planos de Saúde das Famílias Brasileiras: estudo descritivo com dados das Pesquisas de Orçamentos Familiares 2002-2003 e 2008-2009](#)
- [Impacto das Mudanças Climáticas sobre a Leishmaniose no Brasil](#)
- [What are the Mature Men who do not Work, do not Look for a Job, and are not Retired Doing?](#)

ECOLOGICAL ECONOMICS

- [The relationships between CDM project characteristics and CER market prices](#)

ECONOMIA APLICADA

- [Desonerações em Alta com Rigidez da Carga Tributária: o que explica o paradoxo do decênio 2005-2014?](#)
- [Efeitos dos Pisos Salariais Estaduais sobre o Mercado de Trabalho: uma nova abordagem empírica](#)

EPIDEMIOLOGIA E SERVIÇOS DE SAÚDE

- [Consumo Abusivo de Álcool no Brasil: resultados da Pesquisa Nacional de Saúde 2013](#)

MAIS 60 – ESTUDOS SOBRE ENVELHECIMENTO

- [Homens idosos que não trabalham, não procuram trabalho e não são aposentados](#)

MUNDORAMA

- [A Aproximação dos Estados Unidos com Cuba: o que está em jogo?](#)

OIKOS

- [A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento como uma Expressão Específica da Cooperação Internacional: um levantamento teórico](#)

REVISTA DE ECONOMIA POLÍTICA

- [Revisitando a Dinâmica Trimestral do Investimento no Brasil: 1996-2012](#)

REVISTA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA

- Governança e Capacidades Estatais: uma análise comparativa de programas federais (no prelo)

REVISTA ECONOMIA

- [Empirical Estimates for the Brazilian Total Imports Equation Using Quarterly National Accounts Data \(1996-2010\)](#)

REVISTA IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS LEGISLATIVOS

- [Cargos de Confiança, Partidos Políticos e Burocracia Federal](#)

REVISTA PANAMERICANA DE SALUD PÚBLICA

- [Estimativas Corrigidas de Femicídios no Brasil, 2009 a 2011](#)

THE ANNALS OF REGIONAL SCIENCE

- [Evaluating Multiple Spatial Dimensions of Economic Growth in Brazil Using Spatial Panel Data Models](#)

THE JOURNAL OF ECONOMIC INEQUALITY

- [Using Occupational Structure to Measure Employability with an Application to the Brazilian Labor Market](#)

68 Produção e Disseminação do Conhecimento

É parte da missão do Ipea disseminar conhecimento como forma de aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro. Para tanto, além de produzir publicações e realizar eventos, o Ipea desenvolve e disponibiliza dados e ferramentas para a sociedade em geral. O Ipea acredita que o acesso a dados públicos e a ferramentas que facilitem o manuseio desses dados é indispensável para uma sociedade que aspira a melhores políticas públicas e a um país mais desenvolvido.

IpeaData

Por meio dos recursos disponíveis no [IpeaData](#), é possível extrair séries estatísticas em formato de tabelas, gráficos e mapas editáveis, nos vários níveis geográficos. Os dados no IpeaData estão divididos em três grandes grupos:

Macroecocômico

Dados econômicos e financeiros que inclui séries estatísticas da economia brasileira e dos aspectos que lhe são mais pertinentes na economia internacional.

Regional

Dados demográficos, econômicos e geográficos para as regiões, estados e municípios brasileiros que se iniciam no Censo Demográfico de 1872.

Social

Dados e indicadores sociais abrangendo temas diversos, como nível de renda per capita, desigualdade na distribuição de renda dos indivíduos e domicílios, desempenho educacional, condições de saúde e habitação, inserção no mercado de trabalho, situação dos direitos humanos da população entre outros.

IpeaGEO



O [IpeaGEO](#) é um software gratuito, com funcionalidades estatísticas e de georeferenciamento. Além de possuir diversas ferramentas econométricas, também permite a aplicação de análises que utilizam estatística espacial. O software disponibiliza bases de dados como, por exemplo, censos e IDH que o usuário pode adaptar às regiões do território nacional.

IpeaMapas



O [IpeaMapas](#) é um software livre para criação de mapas interativos e geoprocessamento, que possibilita a compreensão espacial dos problemas brasileiros, aumentando a eficiência e abrangência dos trabalhos de pesquisa. O IpeaMapas permite ao usuário a interatividade com dados disponíveis (infraestrutura, assistência social, saúde, educação, bancos públicos, cultura entre outros) e dados geográficos do Brasil, possibilitando a geração de mapas para uma visualização mais fácil e interessante de resultados.

Extrator de Dados

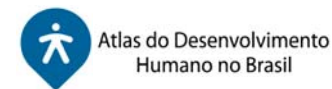


O [IpeaGEO](#) é um software gratuito, com funcionalidades estatísticas e de georeferenciamento. Além de possuir diversas ferramentas econométricas, também permite a aplicação de análises que utilizam estatística espacial. O software disponibiliza bases de dados como, por exemplo, censos e IDH que o usuário pode adaptar às regiões do território nacional.

Dados e ferramentas

Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (IDH)

Produzido pelo Ipea, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Fundação João Pinheiro (FJP), o [Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil](#) é uma plataforma de consulta ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 5.565 municípios brasileiros, 27 Unidades da Federação (UF), 20 Regiões Metropolitanas (RM) e suas respectivas Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH). O Atlas também disponibiliza mais de 200 indicadores de demografia, educação, renda, trabalho, habitação e vulnerabilidade, com dados extraídos dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. A ferramenta oferece um panorama do desenvolvimento humano e da desigualdade interna dos municípios, estados e regiões metropolitanas.



O [Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil](#) e o [Atlas da Vulnerabilidade Social](#) foram concebidos como ferramentas simples de disponibilização de informações, com o objetivo de facilitar o manuseio de dados e estimular análises.

Atlas da Vulnerabilidade Social



O [Atlas da Vulnerabilidade Social](#) é uma plataforma de consulta ao Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) de 5.565 municípios brasileiros, 27 Unidades da Federação (UF), 20 Regiões Metropolitanas (RM) e suas respectivas Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH). O Atlas também disponibiliza mais de 85 indicadores de demografia, educação, renda, trabalho, habitação e desenvolvimento humano, com dados extraídos dos Censos Demográficos de 2000 e 2010. A ferramenta oferece um panorama da vulnerabilidade social e da exclusão social dos municípios, estados e regiões metropolitanas.



Mapa das OSCs



O [Mapa das Organizações da Sociedade Civil \(MOSOC\)](#) é uma plataforma georreferenciada de dados sobre as organizações que atuam no país que busca facilitar o acesso a um amplo volume de informações continuamente atualizadas e integradas sobre o universo, formas e áreas de atuação das OSCs. Na versão atual estão disponíveis dados sobre vínculos de trabalho, acesso a fundos e recursos públicos federais, participação em conselhos nacionais de políticas públicas, localização e distribuição espacial das OSCs, entre outras informações oriundas de 17 bases de dados. O Mapa está se estruturando para incorporar dados também das parcerias entre OSCs e governos dos níveis subnacionais e com o setor privado.

Sala de Sigilo



A sala de sigilo, localizada na sede do Ipea, em Brasília, permite a utilização de dados confidenciais, observados os protocolos de segurança nacionais e internacionais, oferecendo aos pesquisadores a possibilidade de trabalharem com informações classificadas e realizarem cruzamentos de bases de microdados disponibilizadas por outras instituições.

70 Produção e disseminação do conhecimento

Em 2015, o Ipea realizou mais de 150 eventos para disseminação de conhecimento. Nesta seção, são destacados alguns dos eventos realizados.



Lançamento da nota técnica sobre a redução da maioridade penal
Foto: Saulo Cruz



Lançamento do livro *Amazônia e Atlântico Sul*
Foto: Dimmy Falção



Seminário Nacional Habitat III - Participe Brasil
Foto: João Viana



Seminário Avaliação de Políticas Públicas
Foto: Ascom/Ipea

Lançamentos

- Lançamento da publicação e da plataforma web do [Atlas da Vulnerabilidade Social nos Municípios Brasileiros](#), que fornece o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) para os 5.565 municípios do país. Complementar a este, o Ipea também lançou o [Atlas da Vulnerabilidade Social nas Regiões Metropolitanas Brasileiras](#), que apresenta os IVS de 16 regiões metropolitanas brasileiras e suas Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHs).
- Lançamento do [Relatório de Monitoramento Global de Educação Para Todos \(EPT\) 2015](#) da Unesco. O Relatório oferece uma avaliação extensiva do progresso rumo aos seis objetivos de EPT estabelecidos no Fórum Mundial de Educação, em Dakar.
- Lançamento da seção Brasileira [Rede de Think Tanks do Sul \(NeST\)](#), em parceria com Centro de Estudos e Pesquisas BRICS (BPC) da PUC-Rio, o Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), a Articulação Sul e a Gestão de Interesse Público (GIP). A NeST tem por objetivo proporcionar uma plataforma global para que centros de pesquisa do Sul Global possam colaborar na geração, sistematização, consolidação e compartilhamento de conhecimento sobre as abordagens da Cooperação Sul-Sul e sua relação com o desenvolvimento internacional.
- Lançamento do relatório de pesquisa [Acidentes de Trânsito nas Rodovias Federais Brasileiras: caracterização, tendências e custos para a Sociedade](#), realizado em parceria com a Polícia Rodoviária Federal.
- Lançamento do [Relatório Anual de 2014 Subiendo la Escalera? Oportunidades, obstáculos y lecciones em torno al escalamiento de las cadenas de recursos naturales de América de Sur](#). O Relatório, elaborado pela Red Sudamericana de Economía Aplicada (Red Sur), avalia as transformações ocorridas na última década na economia mundial, as quais modificaram substancialmente a estratégia de desenvolvimento da região.
- Lançamento do relatório [Sustentando Melhorias no Emprego e nos Salários no Brasil: uma agenda de competências e empregos](#). O Relatório, elaborado pelo Banco Mundial, em colaboração com o Ipea e outras instituições, analisa o futuro das políticas públicas para o mercado de trabalho.
- Lançamento do livro [Amazônia e Atlântico Sul: desafios e perspectivas para a defesa no Brasil](#)
- Lançamento do livro [Pensamento Estratégico, Planejamento Governamental e Desenvolvimento no Brasil Contemporâneo](#)
- Lançamento do livro [Violência e Segurança Pública em 2023: Cenários Exploratórios e Planejamento Prospectivo](#)
- Lançamento da nota técnica [O Adolescente em conflito com a Lei e do Debate sobre a Redução da Maioridade Penal](#)
- Lançamento da nota técnica [PNAD 2014 - breves análises](#)
- Lançamento da [Pesquisa Nacional Perfil do Ciclista - Etapa DF](#)

Eventos

Oficinas de trabalho

- [Oficina de trabalho](#) com representantes do Reino Unido, Embaixada Britânica e Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE). O evento teve por objetivo conhecer a experiência do Reino Unido com programas de transparência e de base de dados abertas à comunidade, e compartilhar a experiência brasileira com a Cooperação para o Desenvolvimento Internacional (Cobradi).

Seminários

- Seminário [Avaliação de Políticas Públicas](#), com Evert Vedung, professor emérito do Departamento de Ciência Política da Universidade de Uppsala, Suécia.
- Seminário [Novos Olhares para o Desenvolvimento Coeso e Sustentável](#), em parceria com o BNDES. Durante o evento, foi lançada a coleção *Um Olhar Territorial para o Desenvolvimento*, sobre o desenvolvimento nas regiões do Norte, Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Amazônia.
- Seminário internacional [Fortalecendo a Inovação para o Crescimento da Produtividade no Brasil: em direção a uma agenda renovada de políticas para inovação](#), em parceria com o Banco Mundial, com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), e com a então Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR). O evento reuniu especialistas e autoridades para debater inovação e produtividade no Brasil.
- [Seminário Nacional Habitat III Participe Brasil](#), em parceria com o MCidades, MRE, Conselho das Cidades e a Secretaria de Relações Institucionais. O evento é um esforço para garantir a participação da sociedade na construção do relatório nacional para a 3ª Conferência da ONU sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III).
- Seminário internacional [Modelagem de Sistemas Complexos para Políticas Públicas o ambiente como objeto complexo](#), com o professor Masaru Yarime, da Universidade de Tóquio.

- Oficina de trabalho internacional - [Inovação no Setor Público contexto, teoria e prática](#), em parceria com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) e a Escola Nacional da Administração Pública (Enap). O evento contou com a participação de Wolfgang Drechsler, professor da Escola de Inovação e Governança Ragnar Nurkse da Universidade de Tecnologia de Tallinn, na Estônia, de Stéphane Vicent, diretor da La 27e Région Laboratory, na França, e Nicholas Gruen, do Centro para Inovação Social da Austrália.

- Seminário [A nova geração de regras fiscais: a experiência internacional e o caso brasileiro](#). O evento reuniu especialistas como o vice-chefe da Divisão de Política Fiscal e Acompanhamento do Fundo Monetário Internacional (FMI), Xavier Debrun, para debate sobre a nova geração de regras fiscais no Brasil e a experiência internacional.
- Seminário [Agricultura e Crescimento](#), em parceria com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). O evento contou com a participação de palestrantes de mais de dez entidades, como a USP, Unicamp, Embrapa e FGV.
- [A redução da maioridade penal em debate: contexto social, juventude e sistema prisional](#)
- [Avaliação da Lei Maria da Penha e o Futuro das Políticas de Prevenção a Violência Contra a Mulher](#)
- [Desonerações em alta rigidez da carga tributária: O que explica o paradoxo do decênio 2005-2014](#)
- [Direito à Cidade: teoria e prática](#)
- [Federalismo, Desenvolvimento e Planejamento Regional](#)
- [Observatório IPEA de Gestão do Conhecimento e Inovação na Administração Pública \(OIGC\)](#)
- [Semana de Inovação em Gestão Pública - transformando ideias em soluções](#)
- [Diálogos sobre a Questão Metropolitana no Brasil](#), em parceria com o Banco Mundial.
- Seminário internacional [Planejamento Metropolitano: Governança, ordenamento territorial e serviços metropolitanos em debate](#), em parceria com o MCidades.

72 Produção e Disseminação do Conhecimento

Panorama



Desde 2009, a Assessoria de Imprensa e Comunicação do Ipea produz o programa de televisão semanal Panorama Ipea. Exibido pelo canal NBR/EBC, o programa tem como objetivo tornar a informação sobre pesquisas e projetos do Ipea mais acessível.

Com um formato de entrevista, com duração de 30 minutos, o debate é dividido em dois blocos e sempre com dois convidados, um do Ipea e um externo. O Panorama Ipea não se limita à televisão: suas gravações são transmitidas online, ao vivo, pelo Portal do Instituto. Há também uma integração entre as redes sociais – Facebook e Twitter – para que os interessados, além de acompanhar a gravação, possam encaminhar perguntas que são respondidas ao vivo.

A cada programa, são veiculadas matérias e infográficos (animações visuais sobre o tema tratado). Foram produzidas 25 infografias, além da realização de 23 matérias, em que foram entrevistados representantes do governo, da academia e da sociedade civil, totalizando mais de 11 horas de gravação.

Foram mais de 50 convidados, dentre pesquisadores do Ipea, ministros, juízes, secretários, diretores, coordenadores e chefes de gabinete do Governo Federal, professores universitários (inclusive de universidades estrangeiras, como a de Newcastle, no Reino Unido), presidentes de associações, consultores legislativos e especialistas.

Em 2015, foram produzidos, gravados e veiculados 27 programas.

Todas as edições do Panorama Ipea podem ser assistidas e compartilhadas pelo [canal do Youtube do Instituto](#).

O Panorama Ipea, além de divulgar as publicações do Instituto, também está antenado com os temas da atualidade, alinhando os assuntos dos programas ao que está sendo debatido pela sociedade. Alguns exemplos de como o Panorama tem atuado:

Para assistir a todos os programas, acesse: <http://www.ipea.gov.br/panorama>

Maio



Discussão da Câmara dos Deputados sobre a aprovação do novo Plano Plurianual (PPA 2016-2016)

Panorama Ipea debateu a avaliação do PPA 2012-2015, quais os desafios para o próximo plano, políticas que devem ser incluídas, dentre outros.

Junho



Aprovação pelo Senado Federal de mudanças em benefícios trabalhistas e previdenciários, como o Seguro-Desemprego

Panorama Ipea avaliou as causas e os impactos dessas alterações para a população, incluindo o debate sobre o sistema previdenciário brasileiro.

Julho



Discussão sobre a aprovação da PEC que prevê aos infratores de 16 e 17 anos as mesmas punições que podem ser aplicadas aos maiores de 18

Panorama Ipea abordou o perfil dos jovens infratores, os impactos no sistema penitenciário brasileiro de tal medida, como a população recebeu a aprovação, qual a opinião de especialistas e quais outros caminhos poderiam ser seguidos.

Agosto



Divulgação de novas medidas da Agência Nacional de Saúde para estimular o parto normal no Brasil

O debate no Panorama Ipea contou com uma médica obstetra e um especialista do Ipea na área de saúde para entender de que forma essas medidas auxiliam no combate a doenças que afetam a saúde da mulher, além dos impactos para os planos de saúde e hospitais.

Setembro



Nações Unidas consideram a água como um direito essencial e duas PECs tramitam no Congresso para incluir na CF a água entre os direitos sociais da população

Panorama debateu o direito à água, uma das metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) com o qual o Brasil se comprometeu.

Outubro



12 anos do Programa Bolsa Família

Panorama Ipea fez um balanço de mais de uma década do programa, recebendo um especialista do Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC) e pesquisador do Ipea e um ex-secretário do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

74 Produção e Disseminação do Conhecimento

Ipea Online

Redes Sociais

Os resultados obtidos nas redes sociais (Facebook, Twitter, Google+ e Blogs) foram os grandes destaques relacionados à presença digital do Ipea em 2015.

O Facebook permaneceu como a principal fonte de ligações 'externas' ao site do Instituto (quando desconsiderados os motores de busca como Google, Bing e outros).

Twitter, Google + e Flickr

No Twitter, o desempenho também foi relevante, atingindo 98.129 mil seguidores em dezembro (em 2013, eram 31,2 mil). Durante o ano de 2015, o Ipea reforçou sua presença nas redes com a manutenção de seu perfil no Google+ e no Flickr – mais duas ferramentas importantes de divulgação das pesquisas e da cobertura fotográfica de lançamentos de estudos, seminários, debates e outros eventos.

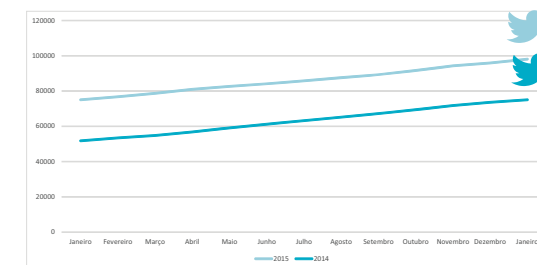
A grande melhora no desempenho do Ipea



nas redes sociais pode ser explicada por uma mudança na forma de trabalhar esses meios.

Antes muito pautadas pelo conteúdo do Portal, as redes sociais passaram a ter vida própria, com conteúdos específicos (textos, vídeos, fotos, infográficos, além do uso expressivo de cards próprios para o meio e campanhas). As postagens também começaram a seguir uma rotina estabelecida, definida pelos horários de picos registrados em cada uma das redes.

Total de Seguidores



Fonte: Twitter Analytics



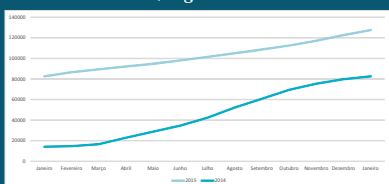
O crescimento no alcance total das postagens realizadas nessa rede social foi o mais relevante. Enquanto em 2013 começamos o ano com cerca de 34 mil pessoas alcançadas, esse número subiu para 74 mil em 2014 e saltou para 456 mil em 2015. Resta destacar que esses resultados se devem, sobretudo, ao salto observado a partir de julho de 2015, em que passamos de um alcance médio de 300 mil visualizações para cerca de 700 mil.

Alcance das Postagens



Fonte: Facebook Insights

Total de Curtidas/Seguidores



Fonte: Facebook Insights

Destaques do Facebook

Em 2 anos, a presença digital do Ipea nas redes sociais cresceu mais de 1.200% no quesito alcance dos posts, que são os perfis que visualizaram a publicação.

O contingente de seguidores do Ipea que, em 2013 era de quase 5 mil, saltou para mais de 127 mil seguidores no fim de 2015.

No mês de novembro, pela primeira vez, foi alcançada a marca de 1 milhão de curtidas, ou seja, de perfis alcançados.



O Portal Ipea é o responsável por concentrar todas as informações distribuídas nas redes (vídeos, textos, infográficos, publicações, hotspots) e, principalmente, a fonte original para as informações e o conhecimento que o Ipea busca disseminar para a sociedade.

Com um carrossel móvel de notícias, são destacadas as principais novidades e acontecimentos do Instituto. O site mostra também ao público as publicações mais recentes e a produção audiovisual do Ipea. Vídeos, acesso à base de dados, pesquisas, seleções públicas e, claro, muitas notícias integram a composição principal do site.

Em 2015, a área de criação de sites e hotspots criou/reformulou layout e colocou no ar três páginas – página do Mestrado Profissional; site do Índice de Vulnerabilidade Social; site Observatório do Conhecimento. Houve também a atualização do Portal Ipea com a criação da seção Quem é Quem, contendo os currículos, áreas de estudo e pesquisas publicadas de cada técnico de planejamento e pesquisa do Instituto. Visando uma melhoria dos mecanismos de busca, foi realizada a atualização das publicações com a inserção dos nomes dos autores e os títulos de capítulos.

Uma ferramenta importante de comunicação, a Newsletter, teve seu layout reformulado e sua produção periodizada quinzenalmente.



A expansão e a melhoria da qualidade dos serviços, políticas e programas governamentais têm exigido dos servidores, gestores e analistas de políticas públicas conhecimento histórico, político e econômico sobre o campo do desenvolvimento e suas relações com as políticas públicas, assim como dos métodos, ferramentas e instrumentos que operacionalizam esses conhecimentos.

Os 51 anos do Ipea dedicados à pesquisa aplicada e à avaliação de políticas públicas, envolvendo um amplo leque de temáticas, tornaram a Instituição apta para desenvolver atividades de ensino e capacitação de natureza profissional para o setor público brasileiro.

A institucionalização do programa de disseminação do conhecimento na forma de Mestrado Profissional com foco em Políticas Públicas e em questões referentes ao desenvolvimento socioeconômico decorre da exploração das amplas sinergias existentes entre pesquisa e ensino profissional.

Nesse sentido, em 2015, o Ipea, em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (Enap), iniciou o processo seletivo da 2ª turma do Mestrado Profissional em Políticas Públicas e

Desenvolvimento, ofertando 40 vagas a servidores públicos federais.

O mestrado visa estabelecer uma conexão consistente entre, de um lado, a visão multidimensional (econômica, política, social, territorial e ambiental) do fenômeno do desenvolvimento e, de outro, a capacitação profissional necessária para a produção de políticas públicas. A área de concentração do curso está voltada para a compreensão do papel do setor público no processo de desenvolvimento; as teorias, conceitos e modelos sobre os processos de produção de políticas e programas voltados para o desenvolvimento; e as técnicas de avaliação da ação governamental.

Tendo em vista a alta procura pelo curso, que teve mais de 800 alunos inscritos no último processo de seleção, o Ipea pretende ampliar a oferta das atividades de capacitação de alto nível de servidores públicos, envolvendo os órgãos estaduais de planejamento e pesquisa aplicada e outras instituições interessadas, nacionais e internacionais.

¹ A primeira turma do curso, com 30 alunos foi implementada em 2014, em parceria com a Escola de Administração Fazendária (ESAF).

